



N.º 24

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E
CINCO / DO MANDATO 2021/2025.**

1 Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas, no
2 Palácio D. Manuel reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do**
3 **Dia:**

4
5 **I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

6
7 **II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

8
9 A) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.

10 B) Proposta de aprovação da Ata número 22 da sessão ordinária de 27/09/2024.

11
12 **III. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

13
14 **Nos termos do n.º 1 do art.º 16º e da alínea a) do ponto 2 do art.º 32º do Regimento**
15 **da AME, a Assembleia Municipal apresenta os seguintes pontos:**

- 16 1. Proposta de Calendarização das Sessões Ordinárias da Assembleia
17 Municipal de Évora até setembro de 2025.

18
19 **Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta o seguinte**
20 **ponto:**

- 21 2. Apresentação da proposta de Revisão do Plano de Urbanização de Évora
22 (Para conhecimento);
- 23 3. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem
24 como a situação financeira do mesmo (Para conhecimento);
- 25 4. Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Évora;
- 26 5. Relatório da Discussão Pública e da Proposta Final da Alteração ao Plano
27 Diretor Municipal de Évora. Processo nº 1 (Proposta pendente de
28 deliberação da Reunião de Câmara de 19 de fevereiro);
- 29 6. Desagregação de Freguesias apresentada pela União das Freguesias de São
30 Manços e São Vicente do Pigeiro (Proposta pendente de deliberação da
31 Reunião de Câmara de 19 de fevereiro);
- 32 7. Relatório sobre a Situação Económica e Financeira do Município | 1º
33 semestre de 2024 (Para conhecimento);
- 34 8. Relatório Trimestral de Gestão e de Execução Orçamental | 3º semestre de
35 2024 da Habévora (Para conhecimento);
- 36 9. 17º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro | dezembro
37 de 2024 (Para conhecimento);

1 **10.**Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso | Envio de
2 Declarações. (Proposta pendente da Reunião de Câmara de 19 de
3 fevereiro). (Para conhecimento).

4 5 **IV. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

6
7 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início à Sessão cumprimentando o senhor
8 Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os Deputados Municipais, o público
9 presente e os funcionários que asseguravam o funcionamento da Sessão.

10
11 Estiveram presentes os membros da Mesa:

12 **Presidente da Assembleia Municipal - Jorge Quina Ribeiro de Araújo**

13 **1º Secretário - Ananias Delfim Courelas Quintano**

14 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**

15
16 **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos deputados municipais
17 eleitos, verificando as seguintes presenças e ausências:

18 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes

19 - Maria Clara Canotilho Grácio

20 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo

21 - José Maria Rodrigues Figueira

22 - Gertrudes da Conceição Gomes Pastor

23 - António João Tonaco Gavela

24 - Bruno Manuel dos Santos Martins

25 - José Vitorino Piteira

26 - David Miguel Mirrado Lopes

27 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita

28 - Paulo José Veiga Ribeiro (em substituição de Maria Cristina Correia Santos Mata)

29 - João Manuel Fialho de Sousa

30 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro

31 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo

32 - Bernarda Julieta da Noite Cota

33 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho

34 - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso

35 - David Emanuel Vieira da Silva Prazeres (em substituição de Luís Carlos Fialho Pardal)

36 - Redolfo Constantino Pereira

37 - João Filipe Chaveiro Libório (em substituição de Paula Cristina Nobre de Deus)

38 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa

39 - Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros

40 - Francisco Manuel Branco de Brito

41 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira

42 - António Carlos Lança Carriço (em substituição de Luís Maria Nunes dos Santos)

43 - Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso

44
45 **Ausentes:**

46 - Isidro José de Oliveira Lobo

47 - Joaquim António Filipe Pimpão

48 - Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos

49
50 A Câmara Municipal fez-se representar por:

51 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá

52 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim- Sim

- 1 - Alexandre Manuel Rosa Varela
2 - Lurdes Judite Dionisio Bravo Nico
3 - Florbela da Luz Descalço Fernandes
4 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita

5

6 **Ausente:**

- 7 - Patrícia José Correia Raposinho

8

9 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que, por razões técnicas, não estavam
10 reunidas as condições para a realização da Assembleia e propôs o adiamento para o dia
11 07 de março, o que foi consensualmente aprovado, dando por terminada a sessão às 20
12 horas e 15 minutos.

13

14 Retomada a sessão no dia 07 de março de 2025, pelas vinte horas e trinta minutos, o
15 **Presidente da Assembleia Municipal** dirigiu cumprimentos a todos os deputados, ao
16 senhor Presidente da Câmara, aos senhores e senhoras Vereadores, bem como aos
17 colaboradores técnicos e administrativos que acompanham os trabalhos, salientando que,
18 sem o seu contributo, não seria possível desempenhar plenamente as funções da
19 Assembleia.

20

21 Estiveram presentes os membros da Mesa:

22 **Presidente da Assembleia Municipal - Jorge Quina Ribeiro de Araújo**

23 **1º Secretário – Mário Augusto Bragado Monginho** (em substituição de Ananias
24 Delfim Courelas Quintano)

25 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**

26

27 **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos deputados municipais
28 eleitos, verificando as seguintes presenças e ausências:

29 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes

30 - Maria Clara Canotilho Grácio

31 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo

32 - José Maria Rodrigues Figueira

33 - João Francisco Baetas Rebocho Simas (em substituição de Gertrudes da Conceição
34 Gomes Pastor)

35 - António João Tonaco Gavela

36 - Bruno Manuel dos Santos Martins

37 - José Vitorino Piteira

38 - David Miguel Mirrado Lopes

39 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita

40 - Paulo José Veiga Ribeiro (em substituição de Maria Cristina Correia Santos Mata)

41 - João Manuel Fialho de Sousa

42 - João Luís Latas Lazaro (em substituição de Natanael José Carvalho da Vinha)

43 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro

44 - José Júlio Antunes Placas (em substituição de Florinda da Conceição Mendes Carvalho
45 Russo)

46 - Nelson Fernandes Nunes Galvão (em substituição de Bernarda Julieta da Noite Cota)

47 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho

48 - Maria Lisete dos Santos Mendes Candeias (em substituição de Ana Beatriz Mayorga
49 Perez Cardoso)

50 - Luís Carlos Fialho Pardal

51 - Redolfo Constantino Pereira

52 - Henrique António de Oliveira Troncho (em substituição de Paula Cristina Nobre de

- 1 Deus)
2 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
3 - Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros
4 - Francisco Manuel Branco de Brito
5 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
6 - António Carlos Lança Carriço (em substituição de Luís Maria Nunes dos Santos)
7 - Maria de Lurdes Beraldo de Brito (em substituição de Diogo Costa Freitas Pestana de
8 Vasconcelos)
9 - Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso

10
11 **Ausentes:**

- 12 - Isidro José de Oliveira Lobo
13 - Joaquim António Filipe Pimpão

14
15 A Câmara Municipal fez-se representar por:

- 16 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
17 - Alexandre Manuel Rosa Varela
18 - Lurdes Judite Dionisio Bravo Nico
19 - Florbela da Luz Descalço Fernandes
20 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita
21 - Patrícia José Correia Raposinho

22
23 **Ausentes:**

- 24 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim- Sim

25
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** começou por dar as boas-vindas ao senhor
27 deputado Bruno Martins. Aproveitou, então, o momento para o fazer, incluindo esse voto
28 no início, e desejou-lhe que a alegria não o deixasse e que a saúde nunca lhe faltasse.
29 Seguidamente, informou que havia alterações a efetuar no período da Ordem do Dia, o
30 ponto 2, relativo à apresentação da proposta de revisão do Plano de Urbanização de Évora,
31 foi adiado devido à indisponibilidade da equipa projetista para comparecer na sessão. Já
32 o ponto 5, referente ao Relatório da Discussão Pública e à Proposta Final da Alteração ao
33 Plano Diretor Municipal de Évora, processo n.º 1, foi retirado a pedido do senhor
34 Presidente da Câmara, uma vez que a proposta ainda não tinha sido objeto de deliberação
35 pela Câmara.

36
37 **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

38
39 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que se iniciava o período de
40 intervenção do público e questionou se alguém desejava intervir. Não havendo
41 intervenções, deu continuidade aos trabalhos, passando ao ponto 2, Período de Antes da
42 Ordem do Dia.

43
44 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período de Antes da Ordem do
45 Dia.

46
47 **I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

48
49 a) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.

50
51 b) Proposta de aprovação da Ata número 22 da sessão ordinária de 27/09/2024.

52

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** aproveitou a ocasião da primeira sessão
2 ordinária, do último ano do mandato, para desejar a todos os deputados os maiores
3 sucessos no desempenho das suas funções e expressou o desejo de que, ao término do
4 mandato, se pudessem orgulhar do trabalho realizado. Além disso, felicitou a senhora
5 deputada Paula Pita pela sua tomada de posse como deputada municipal, recordando que
6 havia estado presente em substituição em ocasiões anteriores, mas que, a partir daquele
7 momento, integrava a Assembleia em pleno direito.

8
9 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam passar ao ponto seguinte,
10 colocando à votação a Ata número 22 da sessão ordinária de 27/09/2024.

11
12 **Deliberação da Ata nº 22 de 27-09-2024:**

13 **Aprovada por unanimidade.**

14 Os deputados municipais José Figueira, João Simas, Bruno Martins, João Sousa, João
15 Lazaro, José Placas, Nelson Galvão, Maria Lisete Candeias, Henrique Troncho, Ana
16 Raquel Taboleiros e Maria de Lurdes Brito, não votaram por não estarem presentes na
17 sessão a que ela respeita.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que tinham, àquela altura, um
20 conjunto de moções e recomendações para aprovação.

21
22 **O deputado Gonçalo Costa**, considerando o número de moções apresentadas, bem como
23 a profundidade e densidade de algumas delas, no âmbito do debate político, propôs, ao
24 abrigo do Regimento, a duplicação do tempo destinado a esse ponto.

25
26 **O deputado Paulo Ribeiro** esclareceu que o propósito era manter o período de antes da
27 Ordem do Dia dentro dos 60 minutos determinados e que não se tratava de duplicar o
28 tempo, mas sim de cumprir o estabelecido.

29 Justificou a sua posição mencionando que, ao analisar o Regimento, foi identificado um
30 ponto relevante à luz da Lei n.º 75/2013, a qual determina que o período de antes da
31 Ordem do Dia não pode exceder 60 minutos.

32
33 **O deputado José Figueira** afirmou que a lei determina, de forma taxativa, que os
34 períodos de antes da Ordem do Dia não podem exceder 60 minutos e que caso os
35 regimentos estipulassem o contrário, estariam em desconformidade com a legislação.
36 Acrescentou que, como princípio, ao término desses 60 minutos, cabia à Assembleia
37 Municipal deliberar sobre a eventual continuação e a respetiva duração, não sendo
38 possível duplicar o tempo estabelecido antecipadamente.

39
40 **O deputado Gonçalo Costa** agradeceu os esclarecimentos prestados e, perante as
41 informações fornecidas, a proposta foi retirada.

42
43 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou ter recebido 1 Recomendação, 1 Voto
44 de Condenação, 2 Votos de Pesar e 4 Moções, e seguindo a ordem que lhe foi apresentada,
45 solicitou à bancada do MCE que procedesse à apresentação da Moção sobre a retirada das
46 portagens da A6.

47
48 **O deputado Paulo Ribeiro** procedeu à leitura da Moção sobre a retirada das portagens
49 da A6, a qual se transcreve na íntegra:

1 “O MCE vem por este meio solicitar a retirada de portagens da A6, em consonância
2 com o mesmo documento apresentado, e aprovado por unanimidade, pela Câmara
3 Municipal de Elvas e pela nossa congénere, Assembleia Municipal de Elvas.
4 São oito as autoestradas que deixam de ter portagens em 2025, segundo consta da Lei
5 37/2024 publicada a 7 de agosto de 2024 em Diário da República, detalhadamente:
6 - A4 – Transmontana e Túnel do Marão;
7 - A13 e A13-1 – Pinhal Interior;
8 - A22 – Algarve;
9 - A23 – Beira Interior;
10 - A24 – Interior Norte;
11 - A25 – Beiras Litoral e Alta;
12 - A28 – Litoral Norte, nos troços entre Esposende e Antas, e entre Neiva e Darque.
13 Este pacote legislativo entrou em vigor no passado 1 de Janeiro de 2025.
14 Desde logo estranhámos o facto da A6 não estar contemplada neste pacote legislativo,
15 o que nos impele para uma profunda reflexão sobre discricionariedade e aleatoriedade.
16 Em termos de mobilidade, podemos facilmente perceber que isentar a A6, traz
17 benefícios a toda a população. Benefícios ao turismo. Benefícios a quem procura
18 cuidados de saúde. Num propósito último, aproximando-nos de Lisboa e da fronteira
19 com Espanha.
20 No plano económico, recordamos os dados sobre exportações, divulgados há dias por
21 parte do INE.
22 Os maiores crescimentos em valor exportado verificaram-se em bens produzidos na
23 Madeira, Açores e Alentejo, com taxas homólogas superiores a 5%.
24 No global, em 2024, as exportações portuguesas cresceram 2,5% face ao ano anterior,
25 atingindo cerca de 79,3 mil milhões de euros.
26 - Norte caíram 1,4%
27 - Centro caíram 1,2%,
28 - Oeste e Vale do Tejo recuaram 2,8%;
29 - Algarve diminuíram 1,34%.
30 - Por outro lado, as **exportações do Alentejo cresceram 5%**, para cerca de 2,8 mil
31 milhões de euros (invertendo a queda de 14,6% registada em 2023 face a 2022),
32 destacando-se o Baixo Alentejo e Alto Alentejo, com taxas de 15,9% e 6,3%,
33 respetivamente.
34 Por conseguinte, julgamos tratar-se duma medida que visa disseminar equidade e justiça
35 social para as gerações presentes, uma vez que retira custos importantes para territórios
36 que já têm falta de recursos financeiros.
37 Há décadas que ouvimos falar de corredores multimodais, a junção de diversas
38 tipologias de transporte, assegurando ligações mais céleres e seguras quer de
39 passageiros, quer de mercadorias.
40 Sabemos que até à sua conclusão, os eborenses e os alentejanos irão continuar a pagar;
41 Sabemos que existem metas de descarbonização da nossa economia, até á sua
42 implementação irão os eborenses e os alentejanos continuar a pagar.
43 Face ao exposto acima, julgamos que a Assembleia Municipal de Évora, deve ter uma
44 palavra de unanimidade, uma palavra de mobilização.
45 Devemos saudar a Assembleia Municipal de Elvas, e a respetiva Câmara Municipal, por
46 terem iniciado esta luta.
47 Devemos expressar colaboração e sobretudo cimentar uma política efetiva de
48 Cooperação Regional.”

49
50 **A deputada Elmina Lopes** informou que a CDU votava favoravelmente a presente
51 Moção.

1
2 **O deputado Henrique Troncho** expressou que, embora a votação fosse provavelmente
3 favorável, não compreendia a inclusão de um ponto, na Moção, onde se saudava a
4 intenção do Governo em implementar medidas de discriminação positiva para as regiões
5 do interior, com o objetivo de combater a desertificação e promover a coesão territorial,
6 porque a lei em questão era uma iniciativa da Assembleia da República, e não do
7 Governo, o que tornava incoerente a sua menção na Moção, portanto, considerou que o
8 parágrafo poderia ser removido, tornando a Moção mais correta.

9
10 **O deputado Paulo Ribeiro** detalhou não só o objeto, como também o propósito de terem
11 redigido o documento dessa forma, uma vez que, se a sua memória não o trai, poucos dias
12 antes, o senhor Secretário de Estado havia mencionado que o Governo pretendia iniciar
13 um pacote legislativo abrangendo não só infraestruturas, mas também autoestradas para
14 o interior e que, por isso, a intenção foi, também, não desconsiderar esse suposto pacote
15 legislativo, pelo que agradeceu a sugestão e assegurou que ela seria tida em conta.

16
17 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
18 submeteu a presente Moção a votação.

19 **Deliberação da Moção sobre a retirada das portagens da A6:**

20 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 27 presenças.

21 **Declaração de Voto do deputado Henrique Troncho.**

22
23 *“Votei favoravelmente a proposta porque um parágrafo não é suficiente para eu retirar
24 e estou de acordo com o espírito da Moção, de qualquer maneira manifesto o meu
25 espanto por uma saudação ao Governo por um conjunto de iniciativas que foram na
26 Assembleia da República.”*

27
28
29 **O deputado Paulo Ribeiro** confirmou que retiravam o parágrafo, e não só se acolheu a
30 proposta, como também se compreendeu que o propósito da Moção era de maior
31 relevância e não seria por uma questão de um parágrafo, tendo sido entendido,
32 igualmente, o motivo da sua apresentação, uma vez que, como foi referido anteriormente,
33 tanto em termos de propósito como de objeto, considerou-se que a Assembleia Municipal
34 de Elvas não deveria permanecer sozinha nesta luta.

35
36 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da CDU que procedesse à
37 apresentação da Moção Centenário de Carlos Paredes - evocar o homem, o músico e o
38 lutador pela democracia.

39
40 **O deputado António Gavela** procedeu à leitura da Moção Centenário de Carlos Paredes
41 - evocar o homem, o músico e o lutador pela democracia, a qual se transcreve na íntegra:
42 *“Comemorar cem anos de Carlos Paredes é celebrar o homem, o músico e lutador pela
43 democracia; é celebrar a sua música como espaço de intervenção política, a sua forma
44 de estar na vida e o seu pensamento, é sobretudo valorizar a vida e a obra de um homem
45 que foi e é um símbolo ímpar da cultura portuguesa e um dos principais responsáveis
46 pela divulgação e popularidade da guitarra portuguesa. Mas é igualmente de destacar a
47 humildade, a grandeza na simplicidade, que determinaram o seu percurso e da sua obra,
48 o que contagiou todos aqueles que tiveram o privilégio de o ouvir e estar lado a lado no
49 nosso quotidiano.*

50 *Homem de fortíssima personalidade, cidadão fraterno do dia a dia, Carlos Paredes foi*
51 *igualmente um artista generoso, com uma inteligência e uma sensibilidade aberta. Tudo*

1 *o que construiu foi aberto a tudo e a todos, dialogando com jovens e aprendendo com os*
2 *mais velhos, tocou com praticantes e deslumbrou virtuosos, aceitou diálogos com*
3 *linguagens diversas, ligou sonoridades de cordas metálicas com versos e narrativas.*

4 *Paredes via a música como expressão profundamente ligada à vida e à realidade*
5 *nacional, e a cultura popular e a criação artística como formas de resistência e de*
6 *transformação. Este entendimento da arte é particularmente relevante quando pensamos*
7 *na construção de uma identidade coletiva no Portugal democrático.*

8 *Carlos Paredes, militante comunista, é o exemplo inequívoco de um artista*
9 *comprometido com o seu povo, com quem nunca deixou de estar antes e depois do 25 de*
10 *Abril de 1974 e que foi fonte de inspiração para a sua obra.*

11 *Em resultado da sua ação como democrata contra o fascismo, esteve preso no Aljube e*
12 *em Caxias, onde foi torturado. Um empenho político que jamais abandonou.*

13 *Sempre com uma vida simples, manteve em simultâneo uma intensa atividade cultural,*
14 *política, musical e a sua profissão de arquivista de radiologia.*

15 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida em sessão ordinária, no dia 28 de fevereiro*
16 *de 2025, evoca o homem, o artista e o lutador pela democracia e respeita um minuto de*
17 *silêncio em sua memória.”*

18
19 **O deputado António Gavela** recordou que Carlos Paredes foi uma figura incontornável
20 da cultura portuguesa, destacando a sua personalidade forte, apesar de se considerar um
21 falso tímido. Referiu que, embora Paredes afirmasse que quem realmente sabia tocar
22 guitarra era o seu pai, a sua própria arte transcendia essa modéstia. Mencionou, ainda, um
23 episódio ocorrido em Frankfurt, durante um concerto, em que o público alemão subiu ao
24 palco para compreender o que se passava, perante a impressão de que o músico se fundia
25 com a guitarra, produzindo um som que inebriava a sala por completo. Enalteceu o
26 contributo de Carlos Paredes para o prestígio da cultura portuguesa, sublinhando que
27 todos os órgãos nacionais aprovaram moções em sua homenagem e, por essa razão, a
28 CDU propôs que fosse respeitado um minuto de silêncio, em sua memória.

29
30 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam efetuar um minuto de
31 silêncio.

32
33 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
34 submeteu a presente Moção a votação.

35
36 **Deliberação da Moção Centenário de Carlos Paredes - evocar o homem, o músico e**
37 **o lutador pela democracia:**

38 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 27 presenças.

39
40 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada do PS que procedesse à
41 apresentação da Moção Pela Conclusão Célere da Obra do Hospital Central do Alentejo.

42
43 **O deputado Gonçalo Costa** procedeu à leitura da Moção Pela Conclusão Célere da Obra
44 do Hospital Central do Alentejo, a qual se transcreve na íntegra:

45 *“Grupo Municipal do Partido Socialista manifesta a sua profunda preocupação com o*
46 *recente pedido de demissão apresentado pelo Conselho de Administração da Unidade*
47 *Local de Saúde do Alentejo, na sequência do Despacho n.º 2152/2025, de 17 de fevereiro,*
48 *emitido pela Senhora Secretária de Estado da Gestão da Saúde, do governo do Partido*
49 *Social Democrata.*

50 *Esta decisão, que resulta de uma gestão inadequada e de constrangimentos impostos pelo*
51 *atual governo, só vem atrasar ainda mais a conclusão das obras do Novo Hospital*

1 *Central do Alentejo, uma infraestrutura de extrema importância e urgência para a*
2 *população alentejana. O Partido Socialista sempre defendeu a necessidade de um*
3 *hospital moderno e bem equipado para servir os cidadãos desta região, tendo lutado*
4 *para isso assim como para a abertura do curso de medicina e de outros da área da Saúde*
5 *na Universidade de Évora. Com o desenvolvimento já adiantado destes marcos do PS*
6 *lamentamos profundamente que a ineficácia do governo do PSD e do ministério, liderado*
7 *por Ana Paula Martins, esteja a comprometer objetivos tão prioritários para o nosso*
8 *território.*

9 *Reiteramos o nosso compromisso com a saúde e o bem-estar dos alentejanos e exigimos*
10 *que o governo tome medidas imediatas para resolver esta situação, garantindo a*
11 *continuidade das obras e a conclusão do hospital no menor prazo possível. A saúde dos*
12 *nossos cidadãos não pode ficar refém de disputas políticas e de uma gestão ineficaz.*

13 *O Partido Socialista continuará sempre a lutar pelos interesses da população alentejana*
14 *e dos Eborenses em particular e exigir responsabilidade e competência na gestão dos*
15 *recursos públicos.*

16 *Deste modo a Assembleia Municipal de Évora, reunido dia 28 de fevereiro de 2025 insta,*
17 *uma vez mais, ao atual Governo em funções para que mobilize os recursos e o*
18 *financiamento necessário à prossecução deste investimento, vital para a saúde e bem-*
19 *estar coletivo.”*

20
21 **O deputado José Figueira** referiu-se à proposta de Moção apresentada pelo Partido
22 Socialista, indicando que a CDU propunha a retirada do parágrafo, por considerar que
23 este não correspondia à veracidade dos factos, "a saúde dos nossos cidadãos não pode
24 ficar refém de disputas políticas", uma vez que, segundo a informação de que dispunha,
25 nunca tinha existido qualquer disputa política entre a CDU, a Câmara Municipal e o atual
26 ou anterior Governo, pelo contrário, sempre houve diálogo e um esforço conjunto para
27 ultrapassar os problemas. Assim, a CDU propôs a eliminação do referido parágrafo, que
28 se iniciava na expressão "A saúde dos nossos cidadãos" e terminava em "rede de águas e
29 saneamento", informando que, caso não fosse retirado, votariam contra a Moção.

30
31 **O deputado António Carriço** manifestou o voto contra, destacando a existência de uma
32 herança complexa na gestão desta obra, incluindo dívidas acumuladas e diversas
33 dificuldades ao longo do tempo. Referiu, ainda, que, pela importância que esta obra
34 representa para o Governo em exercício, foram direcionados mais de 32 milhões de euros
35 para a sua construção, reconhecendo a relevância do projeto para os Eborenses, para o
36 distrito e para o Alentejo.

37
38 **O deputado Gonçalo Costa** questionou o senhor deputado municipal do Partido Social-
39 Democrata sobre a alegada "herança financeira pesada", referindo que a obra do Hospital
40 foi um desígnio e uma conquista política do Partido Socialista, foi quem disponibilizou
41 os recursos financeiros necessários para o avanço da obra e que, durante os seus governos,
42 o empreendimento ganhou forma e a construção teve início, portanto, solicitou
43 esclarecimento sobre a que herança financeira pesada se referia.

44
45 **O deputado António Carriço** referiu-se ao atraso existente na obra com uma herança de
46 problemas, que todo o período cronológico já se encontrava em atraso e sublinhou a
47 importância do investimento para a região.

48
49 **O deputado Gonçalo Costa** recordou que o atraso na obra se deveu exclusivamente aos
50 anos de governação do Partido Social-Democrata, e que, durante o período em que o
51 Partido Socialista esteve no governo, foram dados os passos necessários, lançados os

1 procedimentos, adjudicada a obra e iniciada a construção, que se encontra atualmente
2 prestes a ser inaugurada, e apelou a um maior rigor nas declarações e intervenções do
3 senhor deputado municipal.

4 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou o Partido Socialista sobre a retirada
5 do parágrafo proposto pela CDU.

6
7 **O deputado Henrique Troncho** considerou que poderia permanecer caso houvesse
8 concordância por parte da CDU, dizendo que "a saúde dos nossos cidadãos não pode ficar
9 refém de disputas políticas e de uma gestão ineficaz".

10
11 **O deputado José Figueira** confirmou que a proposta foi aceite.

12
13 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
14 submeteu a presente Moção a votação.

15
16 **Deliberação da Moção Pela Conclusão Célere da Obra do Hospital Central do**
17 **Alentejo:**

18 **Aprovada por maioria**, com 23 votos a favor (13 do PS, 6 da CDU, 1 do BE, 1 do MMPI,
19 1 do MICAZA e 1 do CHEGA), 3 abstenções do MCE e 1 voto contra da Coligação
20 Mudar Com Confiança, verificando-se 27 presenças.

21
22 **Declaração de Voto do deputado José Figueira.**

23 *Na presença de uma Moção, da responsabilidade da bancada do PS, titulada “Pela*
24 *Conclusão Célere da Obra do Hospital Central do Alentejo”, a bancada da CDU, após*
25 *a aceitação por parte do PS da retirada de parte do terceiro parágrafo, decidiu dar o seu*
26 *voto favorável, apresentando a declaração de voto, “A PROPÓSITO DAS OBRAS DO*
27 *NOVO HOSPITAL CENTRAL PÚBLICO DO ALENTEJO”.*

- 28 *1. A obra do “Novo Hospital”, que tinha uma previsão de 30 meses, tendo sido*
29 *anunciado pelo anterior Governo do PS o seu término no final do ano de 2024,*
30 *rapidamente derrapou (já vai em 40 meses), tendo o atual Governo do PSD/CDS-*
31 *PP, anunciado primeiramente, que seria finalizado em 2025 e mais recentemente em*
32 *2026 para a sua conclusão;*
- 33 *2. Importa relembrar, para que não se caia no esquecimento, que perante as sucessivas*
34 *denúncias da bancada da CDU nesta AM sobre os atrasos na construção do*
35 *“Hospital” como sobre os sucessivos adiantamentos, nem sempre tais tomadas de*
36 *posição, foram aceites pelas bancadas do PS e do PSD;*
- 37 *3. A construção do Novo Hospital Central Público do Alentejo, é uma realidade nos*
38 *dias de hoje, na sequência da exigência de anos das populações, profissionais e*
39 *conselhos de administração do Hospital, que têm percorrido o caminho das pedras,*
40 *com opções políticas de Governos do PS e do PSD/CDS que comprometem a sua*
41 *concretização e também, como está cada vez mais claro, servem objetivos políticos*
42 *e ideológicos de ferir a gestão pública para constituição de uma gestão público*
43 *privada (PPP);*
- 44 *4. Acresce que, mesmo num quadro de um grande esforço da Câmara Municipal de*
45 *Évora para não permitir novos atrasos na conclusão do Hospital, continuam por*
46 *assinar os protocolos com a Autarquia para a construção das acessibilidades e da*
47 *rede de água e saneamento, e continuam por transferir as verbas necessárias a*
48 *incluir no Orçamento da ULS de forma a desenvolver o processo de aquisição de*
49 *equipamentos;*
- 50 *5. Exige-se que se ponha fim ao boicote à concretização deste projeto e que se inverta*
51 *o caminho de ataque à sua gestão pública, colocando-o ao serviço das populações e*

1 não de interesses privados, como há muito o PSD/CDS pretende, designadamente
2 com a intenção de passar a sua gestão a PPP. “
3

4 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que haviam sido apresentadas duas
5 propostas de Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria Teresa Horta, uma pelo BE e outra
6 pela CDU, e questionou os proponentes sobre a possibilidade de serem apresentadas e
7 votadas em simultâneo, o que foi aceite.
8

9 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao deputado do BE que procedesse à
10 apresentação do Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria Teresa Horta.
11

12 **O deputado Bruno Martins** procedeu à leitura do Voto de Pesar pelo Falecimento de
13 Maria Teresa Horta, o qual se transcreve na íntegra:

14 *“Faleceu no dia 4 de fevereiro, em Lisboa, a escritora e jornalista Maria Teresa Horta.
15 O anúncio foi feito pela editora Dom Quixote, a pedido da família, acrescentando tratar-
16 se de “uma perda de dimensões incalculáveis para a literatura portuguesa, para a
17 poesia, o jornalismo e o feminismo, a quem Maria Teresa Horta dedicou,
18 orgulhosamente, grande parte da sua vida”.*

19 *Recentemente, Maria Teresa Horta tinha sido escolhida pela BBC para a lista das “100
20 mulheres mais influentes e inspiradoras de todo o mundo”. Passou pelo Diário de Lisboa,
21 A Capital, República, O Século, Diário de Notícias e Jornal de Letras e Artes, entre
22 outras. N’A Capital esteve à frente do suplemento Literatura e Arte, por onde passaram
23 nomes como Alexandre O’Neill, Natália Correia, Ary dos Santos, Mário Cesariny, entre
24 tantos outros.*

25 *Autora de uma extensa obra, a escritora viu o seu livro de poesia Minha Senhora de Mim
26 apreendido pela PIDE oito dias após a sua publicação. Posteriormente foi alvo de uma
27 feroz perseguição e de um processo de pura humilhação. Chegou a ser fisicamente
28 agredida em plena rua: “É para aprenderes a não escreveres como escreves”, disseram-
29 lhe.*

30 *Foi na sequência destes acontecimentos que Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno
31 e Maria Velho da Costa decidiram desafiar o regime fascista e “tecer”, a seis mãos, a
32 obra Novas Cartas Portuguesas, publicada há 50 anos.*

33 *O regime fascista considerou o conteúdo de Novas Cartas Portuguesas “insanavelmente
34 pornográfico e atentatório da moral pública” e ameaçou com uma pena entre seis meses
35 a dois anos de prisão. As “Três Marias” foram alvo de uma tentativa implacável de as
36 humilhar e intimidar e de fingir que não se tratava de um processo político. O julgamento
37 coincidiu com a primeira conferência internacional de mulheres, que teve lugar em
38 Boston, entre 3 e 5 de junho de 1973. As Novas Cartas Portuguesas foram o tema central
39 deste encontro, e adotadas como a primeira causa feminista internacional.*

40 *A leitura da sentença chegou a estar marcada, após um primeiro adiamento, para o dia
41 25 de Abril de 1974. Mas a Revolução dos Cravos fez cair o regime fascista, e a sessão
42 final acabou por decorrer a 7 de maio de 1974, com a absolvição das três escritoras.*

43 *Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno estiveram na origem da criação do
44 Movimento de Libertação das Mulheres. A manifestação organizada por este movimento
45 a 13 de janeiro de 1975, e a violência machista com que esta foi recebida, foi ilustrativa
46 do longo caminho ainda a percorrer no sentido da efetiva libertação das mulheres. Em
47 2021, a escritora recordou esse dia, que há poucas semanas fez 50 anos: “Estávamos em
48 liberdade, mas, de repente, as mulheres foram as únicas que sentiram que afinal não
49 havia tanta liberdade quanto isso. Liberdade só para os homens, e talvez para as
50 mulheres que se mantivessem quietinhas e caladinhas”.*

1 *Convidada pelo Partido Comunista Português, do qual foi militante entre 1975 e 1989,*
2 *a chefiar a redação da revista Mulheres, Maria Teresa Horta entrevistou mulheres com*
3 *grande reconhecimento na área da política, cultura e literatura, entre as quais figuram*
4 *Marguerite Duras, Maria Bethânia, Maria de Lourdes Pintasilgo ou Marguerite*
5 *Yourcenar. Esta revista tornou-se numa experiência inédita, enquanto baluarte das lutas*
6 *feministas e espaço de representatividade.*

7 *Distinguida com inúmeros galardões, em 2011, Maria Teresa Horta, ainda que aceitando*
8 *o Prémio D. Dinis, pela sua obra As Luzes de Leonor, recusou recebê-lo pelas mãos de*
9 *Pedro Passos Coelho, a quem acusou de querer “destruir o país.”*

10 *Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Évora reunida a 28 de fevereiro de 2025,*
11 *delibera:*

12 *- Expressar o seu pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta, enviando condolências*
13 *à família e amigos, prestando um minuto de silêncio.”.*

14
15 **O deputado Bruno Martins** deixou uma nota de agradecimento, destacando que, apesar
16 da ideia comum de que na política não se criam amizades, a sua experiência demonstrou
17 que é possível construir relações baseadas no respeito e na admiração, mesmo em
18 contextos de desacordo político e expressou o seu agradecimento público a todos os
19 eleitos e eleitas que, ao longo dos últimos meses, lhe enviaram sentidas mensagens de
20 melhoras e afirmou que cada uma dessas mensagens fez a diferença, representando um
21 importante gesto de apoio que o ajudou nos períodos mais difíceis.

22
23 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da CDU que procedesse à
24 apresentação do Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria Teresa Horta.

25
26 **A deputada Elmina Lopes** procedeu à leitura do Voto de Pesar pelo Falecimento de
27 Maria Teresa Horta, o qual se transcreve na íntegra:

28 *“Faleceu em Lisboa na passada terça-feira, 4 de fevereiro, aos 87 anos, Maria Teresa*
29 *Horta, escritora, poetisa, jornalista, uma personalidade que deixou uma marca*
30 *significativa no nosso panorama cultural, literário,*
31 *jornalístico.*

32 *É principalmente no impacto profundo que toda a sua obra teve ao nível da evolução das*
33 *mentalidades no encarar do feminino na sociedade portuguesa que merece enorme*
34 *destaque. No período fascista em que, na sociedade portuguesa, a mulher tinha um*
35 *estatuto de menoridade, pautou a sua escrita por uma incessante luta pelo*
36 *reconhecimento da igualdade plena, pela liberdade e pela democracia.*

37 *Maria Teresa Horta é principalmente conhecida pela obra Novas Cartas Portuguesas,*
38 *escrita com as amigas Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa e publicada em*
39 *1972, objeto de censura, que as levou a serem presas e julgadas. Foi diretora da revista*
40 *Mulheres, um marco no panorama jornalístico nacional. Deixou também uma ampla*
41 *obra literária, objeto de reconhecimento, nomeadamente através de vários prémios.*

42 *Foi recentemente incluída numa lista da BBC de 100 mulheres mais influentes e*
43 *inspiradoras de todo o mundo.*

44 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida em sessão ordinária, no dia 28 de fevereiro*
45 *de 2025, expressa o seu pesar pelo desaparecimento de Maria Teresa Horta, e endereça*
46 *as condolências aos seus familiares”.*

47
48 **A deputada Elmina Lopes** considerou que a figura notável de Maria Teresa Horta
49 dispensa apresentações, razão pela qual a sua intervenção foi breve, no entanto, destacou
50 a importância de assinalar o falecimento desta personalidade marcante e o seu contributo
51 para a condição feminina em Portugal, bem como para a liberdade, a democracia, a

1 literatura e o jornalismo e apelou à realização de um minuto de silêncio e à apresentação
2 de condolências à família.

3
4 **O deputado João Simas** acrescentou que não se tratou apenas de um movimento
5 português, mas que teve repercussões internacionais e recordou, por exemplo, que figuras
6 como Simone de Beauvoir, que vivia com Jean-Paul Sartre, se envolveram num
7 movimento pela libertação e pelo fim deste processo que envolveu *As Três Marias*,
8 sublinhando, assim, que a questão ultrapassou o contexto nacional e teve um impacto a
9 nível mundial.

10
11 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
12 intervenção, submeteu os presentes Votos de Pesar a votação.

13
14 **Deliberação do Voto de Pesar Pelo Falecimento de Maria Teresa Horta (BE):**

15 **Aprovada por maioria**, com 26 votos a favor (13 do PS, 6 da CDU, 3 do MCE, 1 do BE,
16 1 do MMPI, 1 do MICAZA e 1 do CHEGA) e 2 abstenções da Coligação Mudar com
17 Confiança, verificando-se 28 presenças.

18
19 **Deliberação do Voto de Pesar Pelo Falecimento de Maria Teresa Horta (CDU):**

20 **Aprovada por maioria**, com 26 votos a favor (13 do PS, 6 da CDU, 3 do MCE, 1 do BE,
21 1 do MMPI, 1 do MICAZA e 1 do CHEGA) e 2 abstenções da Coligação Mudar com
22 Confiança, verificando-se 28 presenças.

23
24 **Declaração de Voto da deputada Ana Raquel Taboleiros.**

25 *“A Coligação Mudar com Confiança para explicar o nosso sentido de voto na abstenção*
26 *não que não reconhecamos o percurso e a importância que Maria Teresa Horta teve na*
27 *sociedade, mas uma vez que ela em tempos recusou receber o prémio pela mão do Dr.*
28 *Pedro Passos Coelho para nós não fazia sentido agora votar num sentido diferente, daí*
29 *a nossa abstenção.”*

30
31 **Declaração de Voto do deputado Henrique Troncho.**

32 *“Associo-me e penso que também o posso fazer a nome de Bancada Socialista, a este*
33 *voto pesar, tal como aconteceu com o voto pesar de Carlos Paredes, que são de facto*
34 *duas figuras incontornáveis da nossa cultura.”*

35
36 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam fazer um minuto de silêncio.

37
38 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da CDU que procedesse à
39 apresentação da Moção Dia Internacional da Mulher.

40
41 **A deputada Elmina Lopes** procedeu à leitura da Moção Dia Internacional da Mulher, a
42 qual se transcreve na íntegra:

43 *“Desde que, em 1910 Clara Zetkin propôs a instituição do Dia Internacional da Mulher,*
44 *um longo caminho foi percorrido e a luta das mulheres, em diferentes países do Mundo,*
45 *e permitiu conquistar significativos progressos civilizacionais.*

46 *Em Portugal, o 25 de Abril foi, como em tantas outras esferas da vida nacional, marco*
47 *decisivo na consagração e consolidação dos direitos das mulheres.*

48 *Mas hoje, com há 115 anos atrás, o “Pão e Rosas” continuam a exigir das mulheres a*
49 *prossecação da luta pela emancipação e pela igualdade. A consagração da igualdade na*
50 *lei continua a ser uma faceta apenas parcial de consagração da igualdade das mulheres.*

1 *Quanto ao Pão, a realidade impõe-se quando 70% das mulheres portuguesas ganhavam*
2 *em 2023 menos de 1000 euros, segundo o inquérito da CGTP, quando em Portugal se*
3 *assiste ao maior fosso da União Europeia entre a remuneração do trabalho de mulheres*
4 *e homens.*

5 *E as Rosas, senhores, essas bem podem ser reivindicadas, pois o femicídio e a violência*
6 *doméstica continuam a bater recordes no nosso país. Nos últimos três anos foram*
7 *assassinadas 60 mulheres em contexto de violência doméstica, segundo dados do CIG.*

8 *Uma sociedade que verdadeiramente promova a igualdade entre mulheres e homens tem*
9 *que promover políticas efetivas de apoio à condição específica das mulheres, como uma*
10 *cobertura efetiva de todo o país com oferta de creches e ensino pré-escolar que emancipe*
11 *quem tem filhos. Com proteção efetiva da maternidade e dos postos de trabalho das*
12 *mulheres que continuam a ser ainda hoje despedidas por engravidarem. Tem que*
13 *promover a igualdade salarial entre homens e mulheres. Apenas para referir alguns*
14 *aspectos fundamentais. Ainda tanto há a fazer!*

15 *No dia 8 de março as mulheres continuam a ter razões para lutar, para promover a*
16 *Manifestação Nacional de Mulheres que vai ocorrer por todo o país, e também em Évora.*
17 *A Assembleia Municipal de Évora saúda as mulheres do Concelho, as trabalhadoras da*
18 *autarquia, as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos na passagem do Dia*
19 *Internacional da Mulher, apoiando a sua determinação e vontade em viver e trabalhar*
20 *em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos enquanto trabalhadora, mãe e*
21 *cidadã.”*

22
23 **A deputada Elmina Lopes** afirmou que há sempre quem procure contestar a
24 comemoração do Dia Internacional da Mulher, mas que esta data serve para relembrar a
25 condição feminina, fazendo referência ao “pão e às rosas”. Mencionou que o “pão” se
26 impõe pela discriminação salarial, particularmente em relação às mulheres, que ainda
27 persiste em Portugal, em 2025, conforme indicado pelo inquérito da CGTP. Quanto às
28 “rosas”, sublinhou que os números da violência doméstica e do femicídio são evidências
29 suficientes da gravidade da situação. Considerou, assim, que ainda há um longo caminho
30 a percorrer na sociedade portuguesa, tanto no plano material como no das mentalidades.
31 Por fim, saudou o 8 de março e apelou à participação na manifestação do Dia
32 Internacional da Mulher, a realizar-se na Praça do Giraldo.

33
34 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
35 submeteu a presente Moção a votação.

36 37 **Deliberação Moção Dia Internacional da Mulher:**

38 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 29 presenças.

39
40 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da Coligação Mudar com
41 Confiança que procedesse à apresentação do Voto de Condenação da Invasão Russa da
42 Ucrânia pelo apoio a uma Ucrânia, livre, independente e soberana.

43
44 **O deputado Francisco Brito** procedeu à leitura do Voto de Condenação da Invasão
45 Russa da Ucrânia pelo apoio a uma Ucrânia, livre, independente e soberana, o qual se
46 transcreve na íntegra:

47 *“No dia 24 de fevereiro de 2025, assinalam-se 3 anos sobre a invasão Russa da Ucrânia,*
48 *data que marca o início de uma guerra de agressão contra o povo ucraniano, com a*
49 *intenção de pôr termo à sua soberania, através da anexação do seu território.*

50

1 *Rússia, pela via da agressão e da ocupação militar, pretende negar à Ucrânia o seu*
2 *direito a existir como país independente e soberano, subjugando violentamente a*
3 *liberdade de um povo e a sua cultura e modo de vida; violando declaradamente a carta*
4 *das nações unidas e o direito internacional.*

5 *O povo da cidade de Évora, desde as primeiras horas do início desse crime bárbaro,*
6 *manifestou a sua firme condenação e repúdio pela agressão ao povo ucraniano; tendo*
7 *adotado uma generosa e empenhada postura de solidariedade, apoio e acolhimento*
8 *humanitário ao povo ucraniano e à comunidade ucraniana que reside e trabalha na*
9 *região.*

10 *A Assembleia Municipal de Évora, assinalando a passagem do terceiro ano do início da*
11 *invasão russa, volta a condenar a agressão russa ao povo ucraniano e a invasão do seu*
12 *território soberano; manifestando o seu total apoio e solidariedade ao povo ucraniano*
13 *agredido, e à comunidade que reside e trabalha na região de Évora e do Alentejo.*

14 *Reconhecendo a Ucrânia como um país livre, independente e soberano, com respeito*
15 *pela sua integridade territorial dentro das fronteiras legítimas, reconhecidas*
16 *internacionalmente desde 1991.*

17 *Apelando à comunidade internacional para que mantenha e reforce o apoio humanitário,*
18 *económico e militar à Ucrânia, de forma a permitir-lhe repelir a agressão russa, e*
19 *expulsá-las para além dos limites das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas.”*
20

21 **O deputado Francisco Brito** afirmou que todos estavam cientes da situação na Ucrânia
22 e que acompanham a atualidade, conhecendo os riscos enfrentados pela Europa, ao longo
23 dos últimos 3 anos, portanto era sempre relevante assinalar a violência perpetrada pela
24 Federação Russa com a invasão da Ucrânia e expressou a convicção de que todos
25 defendiam uma Ucrânia livre e, por essa razão, justificou a apresentação, uma vez mais,
26 da referida Moção.

27
28 **O deputado João Simas** iniciou a sua intervenção referindo-se à expressão "Todos nós
29 sabemos", salientando que, na realidade, muitas informações não eram de conhecimento
30 geral devido à imposição de censura em diversos setores e afirmou que a Ucrânia não era
31 um país livre, mencionando que determinadas línguas nacionais foram proibidas,
32 incluindo o russo, falado por mais de 10 milhões de cidadãos. Mencionou que o ensino
33 dessa língua estava interdito, sublinhando que o russo era, anteriormente, uma língua
34 franca no ambiente universitário, que a literatura russa, incluindo obras de escritores
35 amplamente reconhecidos como Tolstoi e Dostoiévski, teria sido proibida, bem como a
36 audição de compositores de renome internacional, como Tchaikovski e Prokofiev.
37 Mencionou, ainda, perseguições de caráter religioso, alegando que a Igreja Ortodoxa teria
38 sido proibida e integrada numa outra instituição religiosa, associada à Igreja Católica,
39 conhecida como Igreja Uniata.

40 Acrescentou que diversos partidos políticos foram interditos, incluindo formações que,
41 antes das eleições mais recentes, detinham um peso significativo, como o Partido das
42 Regiões e o Partido Comunista, além de outras 11 organizações políticas e referiu que
43 figuras históricas associadas à colaboração com o regime nazi, como Stepan Bandera,
44 teriam sido glorificadas, recordando que as milícias sob o seu comando foram
45 responsáveis pela morte de mais de 100.000 judeus ucranianos e russos.

46 Diante deste panorama, o deputado declarou que não poderia concordar com a
47 caracterização da Ucrânia como um país livre.

48
49 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
50 submeteu o presente Voto de Condenação a votação.

51

1 **Deliberação do Voto de Condenação da Invasão Russa da Ucrânia pelo apoio a uma**
2 **Ucrânia, livre, independente e soberana:**

3 **Aprovada por maioria**, com 24 a favor (13 do PS, 4 da Coligação Mudar com Confiança,
4 3 do MCE, 1 do BE, 1 do MMPI, 1 do MICAZA e 1 do CHEGA) e 6 votos contra da
5 CDU, verificando-se 30 presenças.

6
7 **Declaração de voto do deputado António Gavela.**

8 *“A Moção apresentada pelo PSD/CDs a qual é praticamente idêntica a outras*
9 *anteriormente apresentadas esquecendo o agravamento das consequências da guerra*
10 *que já provocou mais de 1 milhão de mortes, mas que, apesar disso, mantém a corrida*
11 *desenfreada a mais armas para mais guerra.*

12 *Trata-se de mais uma vez o PSD/CDS, ignorando a realidade, utilizar de forma populista*
13 *tão legítimos os anseios e direitos do povo ucraniano de viver em paz, e isto porque não*
14 *é só o PSD que defende o povo ucraniano, questões que são inquestionáveis e com as*
15 *quais o PCP concorda.*

16 *O PCP continua a expressar a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos*
17 *na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares de grande envergadura*
18 *da Rússia na Ucrânia e o progressivo envolvimento dos EUA, da UE e da NATO no*
19 *conflito que é cada vez mais um conflito entre estes e a Federação Russa.*

20 *A realidade mostra que a solução do conflito não será por via da guerra, mas pela sua*
21 *desescalada e pela abertura de uma via negocial que parece estar agora a dar os*
22 *primeiros passos. Pensamos que ninguém querará ver os seus filhos envolvidos numa*
23 *guerra que o tempo já mostrou não ser a solução para alcançar a paz.*

24 *Decorridos estes três anos os factos vêm confirmar que o PCP tinha razão quando*
25 *afirmou desde o princípio que só iniciativas de diálogo podem trazer a paz, considerando*
26 *que a resposta aos problemas de segurança coletiva da Europa, devem assentar no*
27 *cumprimento dos princípios da carta da ONU.”*

28
29 **Declaração de voto do deputado Bruno Martins.**

30 *“Votei favoravelmente, e o Bloco votaria sempre favoravelmente, manifestando a sua*
31 *inegável solidariedade à Ucrânia e ao povo ucraniano, não é de apoio ao regime político*
32 *ucraniano de que falamos neste tipo de moções, aliás, eu gostaria de enaltecer e saudar*
33 *todos os países que souberam estar solidários com o povo português durante o regime*
34 *fascista, porque era com o povo português que estavam solidários e não com o regime,*
35 *e, portanto, não é ao regime político ucraniano que estamos a defender e a saudar, até*
36 *porque é conhecido que o Bloco de Esquerda está nos antípodas daquilo que defende o*
37 *regime político vigente na Ucrânia e, portanto, o que está em causa é o ataque ao*
38 *território e ao povo ucraniano e esse será sempre condenado pelo Bloco de Esquerda.”*

39
40 **Declaração de voto do deputado Henrique Troncho.**

41 *“Votámos favoravelmente esta Moção por concordarmos com o seu teor.*
42 *Lamentavelmente passados três anos continua-se numa guerra e é bom lembrar sempre*
43 *que há um país que invadiu outro e o país que invadiu chama-se Federação Russa e o*
44 *país invadido chama-se Ucrânia.*

45 *O hiato que se verifica neste momento e a esperança da Paz, não é uma paz, é uma*
46 *tentativa de rendição da Ucrânia e lamentavelmente os Estados Unidos de facto estão a*
47 *tentar seguir esse caminho e com a mesma determinação com condenamos a atitude da*
48 *Rússia lamentamos também a atitude dos Estados Unidos que não é mais do que tirar o*
49 *tapete ao povo ucraniano.”*

50

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da Coligação Mudar com
2 Confiança que procedesse à apresentação da Recomendação Manutenção dos Cemitérios
3 Municipais.

4
5 **O deputado António Carriço** procedeu à leitura da Recomendação Manutenção dos
6 Cemitérios Municipais, a qual se transcreve na íntegra:

7 *“Tendo em consideração as diversas reclamações com eco público, situação recorrente*
8 *ao longo dos últimos anos, devido ao estado lastimável em que se encontra a manutenção*
9 *dos Cemitérios dos Remédios e do Espinheiro:*

10 *- A Assembleia Municipal de Évora, reunida em 28 de fevereiro de 2025, recomenda à*
11 *CDU que preside à Câmara Municipal de Évora, que diligencie no sentido de garantir a*
12 *devida manutenção dos referidos Cemitérios Municipais, assegurando as condições de*
13 *salubridade necessárias aos seus utilizadores e a devida dignidade e respeito aos que*
14 *neles se encontram.”*

15
16 **O deputado António Carriço** referiu que a razão desta recomendação se prendeu com a
17 recorrência da situação, ao longo do tempo, bem como com o impacto causado nas
18 pessoas, que, em diversas ocasiões, fizeram chegar essas reclamações.

19
20 **O Presidente da Câmara** reconheceu que, pontualmente, ocorreram situações
21 inaceitáveis nos cemitérios municipais e, há algumas semanas, foi registada uma nova
22 situação que considerou igualmente inadmissível. Nesse sentido, declarou que aceitava a
23 recomendação apresentada, não como uma validação do estado em que os cemitérios se
24 encontravam, mas reconhecendo que se tratavam de ocorrências pontuais, conforme já
25 havia mencionado em reunião de Câmara e sugeriu que a recomendação fosse aprovada
26 com a formulação de assegurar a limpeza e manutenção dos cemitérios municipais.

27
28 **O deputado Luís Ramalho** referiu-se aos cemitérios municipais, mencionando que todas
29 as Freguesias do Concelho de Évora os possuem, manifestando a dúvida sobre se a
30 recomendação em questão se aplicava, também, às Freguesias.

31
32 **A deputada Elmina Lopes** afirmou que, apesar de reconhecer a existência de alguns
33 casos pontuais de problemas na manutenção dos cemitérios, considerou que a linguagem
34 utilizada, nomeadamente a referência às condições de salubridade, não era adequada,
35 nesse sentido, informou que a CDU se iria abster.

36
37 **O deputado Francisco Figueira** esclareceu que a recomendação se referia
38 especificamente aos dois cemitérios municipais, situados na sede do Concelho, uma vez
39 que foram estes que estiveram em destaque nas últimas semanas. No entanto, reconheceu
40 que a mesma é naturalmente extensível a todos os cemitérios, sublinhando a importância
41 de um cuidado especial com esses espaços, embora seja fundamental zelar por todos os
42 espaços públicos, a atenção a esses locais assume particular relevância, dado que
43 preservam a memória dos entes queridos e envolvem questões de natureza sentimental,
44 que requerem uma gestão delicada.

45
46 **O deputado Henrique Troncho** afirmou que, embora a recomendação mencionasse
47 especificamente os Cemitérios dos Remédios e do Espinheiro, o texto posterior referia
48 todos os cemitérios municipais, com o objetivo de garantir a devida manutenção e
49 assegurar as condições de salubridade, não estabelecendo exceções.

50

1 **O deputado Gonçalo Costa** sugeriu que o texto da recomendação englobasse todos os
2 cemitérios do Concelho, tornando-o assim mais abrangente e não restrito apenas aos
3 cemitérios dos Remédios e do Espinheiro.

4
5 **O deputado Francisco Figueira** afirmou ter sido claro na sua intervenção oral,
6 esclarecendo que a referência efetuada abrangia todos os cemitérios, no entanto
7 particularizam dois, por terem sido objeto de questões recentemente divulgadas e
8 amplamente discutidas publicamente, e que essa foi a razão da sua menção específica,
9 mas salientou que se tratava de uma recomendação de natureza ampla, dirigida à Câmara
10 Municipal.

11
12 **O deputado Luís Pardal** considerou que seria pertinente refletir cuidadosamente sobre
13 esta questão, dada a sua importância, devido à existência de uma diferença evidente, e
14 mencionou que, inclusive, havia abordado o assunto com alguns Presidentes de Junta,
15 especificamente dos cemitérios de Nossa Senhora de Machede, São Miguel de Machede,
16 Torre de Coelheiros e São Manços, questionando se enfrentavam problemas de
17 manutenção e, caso não estivessem nessa situação, considerou que seria relevante refletir
18 sobre o assunto e fazer referência apenas aos cemitérios dos Remédios e dos Espinheiros.

19
20 **O deputado Francisco Figueira** afirmou que não existiu qualquer polémica em relação
21 ao assunto em questão, sublinhando que a recomendação era clara ao mencionar
22 especificamente os cemitérios do Espinheiro e dos Remédios porque, nos últimos dias,
23 houve comunicados públicos referentes a esses locais.

24 Acrescentou, ainda, que a recomendação dirigida à Câmara tinha esse propósito,
25 salientando que todas as autarquias têm o dever de zelar pelos seus cemitérios, no entanto,
26 afirmou que, recentemente, não foram tornadas públicas informações sobre a manutenção
27 ou a falta dela em outros cemitérios.

28 Por fim, referiu tratar-se de um tema sensível e que não havia motivo para gerar qualquer
29 controvérsia política, uma vez que a questão era absolutamente clara na recomendação
30 apresentada.

31
32 **O Presidente da Câmara**, para além da referência anteriormente efetuada e como já
33 reconhecido, afirmou tratar-se de uma situação que ocorreu, embora não fosse habitual.
34 Sublinhou, ainda, que a manutenção dos cemitérios municipais, localizados nas
35 freguesias, está delegada às respetivas Juntas de Freguesia, portanto, ao referir que a CDU
36 e o Presidente da Câmara assegurassem a gestão desses cemitérios, salientou que essa
37 responsabilidade já se encontrava atribuída às Freguesias.

38
39 **O deputado Francisco Figueira** referiu as seguintes correções: no primeiro parágrafo a
40 redação final fica “em que se encontra a manutenção dos cemitérios dos Remédios e do
41 Espinheiro” e no segundo parágrafo, na terceira linha, fica “no sentido de garantir a
42 devida manutenção dos referidos cemitérios”.

43
44 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
45 submeteu a presente recomendação a votação.

46 **Deliberação Recomendação Manutenção dos Cemitérios Municipais:**

47 **Aprovada por maioria**, com 24 a favor (13 do PS, 4 da Coligação Mudar com Confiança,
48 3 do MCE, 1 do BE, 1 do MMPI, 1 do MICAZA e 1 do CHEGA) e 6 votos contra da
49 CDU, verificando-se 30 presenças.

50
51

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período da Ordem do Dia.

2 3 **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

4
5 **O Presidente da Assembleia Municipal** propôs a adição de um ponto à Ordem do Dia,
6 referente ao relatório produzido pelo grupo de trabalho de acompanhamento de Évora
7 2027.

8
9 **O deputado José Figueira** afirmou que o grupo de trabalho ou comissão deveria ter
10 conhecimento do relatório apresentado e referiu que, pelo menos no seu caso, não havia
11 recebido qualquer documento, questionando como poderia refletir sobre algo que
12 desconhecia.

13
14 **O deputado Gonçalo Costa** referiu que, conforme decidido pelos membros do grupo de
15 acompanhamento, e tal como mencionado na reunião ordinária de dezembro, o grupo
16 elaboraria um relatório, com a intenção de o apresentar até à próxima reunião e esclareceu
17 que, na presente ocasião, não se pretendia apresentar ou discutir o referido relatório, mas
18 apenas proceder à sua entrega formal à mesa, para posterior envio aos deputados
19 municipais. Acrescentou que o documento incluía uma proposta elaborada pelo grupo,
20 recomendando o agendamento de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal,
21 dedicada integralmente ao debate sobre a Capital Europeia da Cultura e que interpretou a
22 proposta do senhor Presidente da mesa como sendo unicamente a entrega formal do
23 relatório produzido, com vista ao seu posterior agendamento.

24
25 **O deputado Gonçalo Costa** procedeu à entrega do relatório, em nome do grupo de
26 trabalho, elaborado com base na visita realizada à associação e na reunião mantida com
27 os membros da direção. Aproveitou, igualmente, para expressar o agradecimento pela
28 forma generosa com que foram recebidos e pela produtividade da reunião realizada.
29 Destacou que o senhor Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de Presidente da
30 Assembleia da Associação, se disponibilizou para reunir com o grupo de trabalho,
31 referência que foi incluída no relatório, mencionando-se que será dada resposta afirmativa
32 ao convite para a referida reunião, salientando a importância de registar essa iniciativa,
33 tomada por sua própria vontade, e que será realizado o devido agendamento.

34 35 36 **1. Proposta de Calendarização das Sessões Ordinárias da Assembleia** 37 **Municipal de Évora até setembro de 2025.**

38
39 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a proposta apresentada foi
40 consensualizada na Conferência de Representantes. Destacou que houve uma reflexão
41 aprofundada sobre as datas, submetendo assim a proposta à consideração e aprovação dos
42 presentes. Em seguida, concedeu a palavra à Segunda Secretária, para eventuais
43 informações adicionais.

44
45 **A deputada Nazaré Lança** afirmou que, conforme mencionado pelo senhor Presidente,
46 a definição das datas foi consensualizada em conferência de representantes. Explicou que,
47 no mês de abril, devido à Páscoa, aos feriados e ao período de votação da prestação de
48 contas, não seria viável agendar a reunião para o início do mês e chegou-se à sugestão do
49 dia 29 de abril. Relativamente a junho, considerou-se o dia 13, de forma a evitar a
50 coincidência com a realização da Feira de São João. Já para setembro, foi indicado o dia
51 19, tendo em conta a eventual realização das Eleições Autárquicas a 28 de setembro,

1 evitando, assim, que a Assembleia ocorresse no dia 26, data que poderia coincidir com o
2 último dia da campanha eleitoral.

3
4 **O deputado Francisco Figueira** referiu que, ao consultar o calendário, se apercebeu de
5 que a reunião agendada para 19 de setembro poderia estar demasiado próxima do ato
6 eleitoral, previsto para o dia 28 ou para o primeiro fim de semana de outubro. Assim,
7 sugeriu que a data fosse antecipada para 5 ou 12 de setembro, uma vez que, a 19 de
8 setembro, já decorreria o período oficial de campanha eleitoral. Embora tenha
9 reconhecido que tal circunstância não interferiria diretamente nos trabalhos, considerou
10 pertinente refletir sobre a questão, tendo admitido que essa possibilidade apenas lhe
11 ocorreu naquele momento.

12
13 **O deputado António Gavela** afirmou que, como as datas tinham sido consensualizadas
14 pelos representantes, não faria sentido questioná-las, uma vez que certamente teriam sido
15 devidamente ponderadas, mas como não existem datas ideais, seguiria o consenso
16 estabelecido pelos representantes.

17
18 **A deputada Paula Pita** questionou a razão pela qual as sessões estavam sempre
19 agendadas para as 21 horas, quando as reuniões tinham ocorrido, de forma consistente,
20 às 20 horas. Sugeriu que manter o horário fixo das 20 horas faria mais sentido, evitando
21 alterações constantes.

22
23 **O Presidente da Assembleia Municipal** afirmou que essa mudança ainda se encontrava
24 no âmbito da sua competência.

25
26 **A deputada Elmina Lopes** recordou que, em 2021, a última sessão ocorreu a 30 de
27 setembro e as eleições realizaram-se em outubro.

28
29 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
30 intervenção, submeteu a presente proposta de Calendarização a votação.

31
32 **Deliberação da Calendarização das Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de**
33 **Évora até setembro de 2025:**

34 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 30 presenças.

35
36 **O Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que o ponto 2 tinha sido retirado,
37 pelo que passavam ao ponto 3.

- 38
39 **3.** Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem
40 como a situação financeira do mesmo (Para conhecimento).

41
42 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

43
44 **O Presidente da Câmara**, como era hábito, distribuiu um relatório bastante
45 desenvolvido contendo a informação referida, ainda assim, permitiu-se destacar algumas
46 notas que lhe pareceram importantes.

47
48 A primeira questão refere-se ao registo da passagem de ano e aos Cantos das Janeiras,
49 eventos de relevância para a cidade de Évora. No caso da passagem de ano, esta
50 proporcionou uma atratividade significativa para a cidade, enquanto os Cantos das

1 Janeiras contaram com a participação de grupos populares que percorreram Évora,
2 contribuindo para a preservação das tradições locais.
3

4 Foi mencionada no PAOD a questão relativa ao novo Hospital Central do Alentejo e,
5 hoje, o Governo anunciou um reforço de 32 milhões de euros para esta unidade hospitalar,
6 não sendo ainda conhecida a sua afetação específica. Recorde-se que, há um ano, se
7 aguardava a alteração do protocolo no que respeita às verbas destinadas às expropriações
8 e ao lançamento das obras de acessibilidades, bem como à rede de abastecimento de água
9 e saneamento. Tinha sido solicitada uma audiência com a Secretária de Estado da Gestão
10 da Saúde, responsável por esta matéria no Governo, cuja marcação ainda se encontrava
11 pendente.

12 Relativamente à formalização, por parte do Governo, da delegação de competências na
13 ULS, anteriormente atribuídas à extinta Administração Regional de Saúde, foi publicado,
14 em 17 de fevereiro, o despacho datado de 10 de fevereiro. Adicionalmente, havia sido
15 solicitada uma reunião com o Conselho de Administração da ULS, que, entretanto,
16 apresentou a sua demissão.
17

18 Foi referido que se encontravam em fase final de discussão e negociação da alteração do
19 PDM, esperando-se, portanto, que pudesse ser apresentado na próxima reunião de Câmara
20 ou numa das reuniões subsequentes.
21

22 Foi aprovada a criação da Taxa Turística, a qual será enviada para esta Assembleia para
23 discussão e deliberação.
24

25 Relativamente aos problemas da rede viária, causados pelas intempéries recentes, que têm
26 agravado o estado de várias vias, os serviços competentes procederam a diversas
27 intervenções, no entanto, essas ações foram rapidamente ultrapassadas pelas condições
28 meteorológicas adversas, como se pode verificar em vários pontos da rede. Encontravam-
29 se já preparadas empreitadas e intervenções por administração direta, estando prevista a
30 possibilidade de intervir nas vias mais danificadas, assim que as condições
31 meteorológicas o permitissem.
32

33 Foi referida a realização de uma reunião com o senhor Presidente do IPDJ, tendo sido
34 abordadas as questões relacionadas com o Complexo Desportivo e a eventual cedência
35 de uma instalação ao Clube de Rugby.
36

37 A assinatura do Acordo Coletivo de Empregador Público permitiu alargar e salvaguardar
38 um conjunto de direitos dos trabalhadores, assim como esclarecer algumas questões
39 consideradas importantes.
40

41 Foi assinado o Acordo de Cooperação com Pula, na Croácia, o que possibilita o
42 desenvolvimento de trabalhos em áreas diferenciadas.
43

44 Foi realizada uma Feira de Emprego e Turismo em Évora, que contou com a participação
45 de 60 empresas. O evento reuniu 600 participantes e foi uma iniciativa da Entidade
46 Regional de Turismo com o Fórum Turismo, em parceria com a Câmara Municipal de
47 Évora
48

49 Foi assinado o Protocolo com a Associação de Moradores da Quinta da Pachola,
50 estabelecendo uma parceria para a criação da rede de abastecimento de água.
51

1 **O deputado Francisco Brito**, sobre o Bairro Comercial Digital anunciado há um ano,
2 indicou que, até ao momento, não houve mais informações públicas sobre o seu
3 desenvolvimento, pelo que questionou qual o ponto de situação atual, qual o nível de
4 execução do projeto e quem foi o gestor nomeado para a sua coordenação.
5 Quanto à intervenção nas Arcadas do Centro Histórico, uma promessa que remonta ao
6 mandato anterior, e que durante o presente mandato foi referida diversas vezes, inclusive
7 nas discussões sobre as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, sendo
8 reiteradamente anunciada para o ano seguinte, pergunta se a intervenção será concretizada
9 antes do final do mandato.

10 Em relação ao edifício sede da Junta de Freguesia, foram efetuadas tentativas para tratar
11 deste assunto internamente com a Câmara Municipal, no entanto, esta não forneceu
12 qualquer resposta. O edifício em que a Junta de Freguesia do Centro Histórico se encontra
13 é da propriedade da Câmara Municipal e o senhor Presidente da Câmara havia prometido
14 a transferência desse edifício para a Junta de Freguesia, mas até à data tal não ocorreu e
15 não se obteve qualquer tipo de resposta.

16 Relativamente à recolha de resíduos no Centro Histórico de Évora, infelizmente, trata-se
17 de um tema crónico, tendo sido prometida a implementação de uma nova solução no
18 terreno, pelo que se questiona se o estudo foi concluído e se haverá resultados concretos.
19 Noutro contexto, sublinha que, recentemente, soube que a Câmara Municipal de Évora
20 pagou mais de 20 mil euros a um advogado por 35 horas de trabalho, com o objetivo de
21 defender a antiga vereadora Sara Fernandes, e este pagamento, realizado no final do ano
22 passado, levanta a questão do motivo da acusação que levou a Câmara Municipal de
23 Évora a efetuar tal pagamento a um gabinete de advogados.

24

25 **O deputado Luís Pardal** expôs uma situação no Bairro da Comenda, na Rua Padre
26 Américo, que tem vindo a assumir proporções complexas, envolvendo uma série de
27 ocupações ilegais de habitações, que não dispõem de acesso a saneamento de água nem
28 a esgotos. Os moradores têm procurado soluções para garantir o abastecimento de água e
29 o tratamento de águas residuais, mas estas condições têm levado à acumulação de lixo e
30 dejetos humanos nas ruas, com maus odores e a situação a tornar-se cada vez mais
31 insustentável. Este problema foi devidamente exposto, mas, até o momento, não se obteve
32 resposta.

33 Relativamente à degradação dos pavimentos, trata-se de um problema generalizado no
34 Concelho, sendo que, na sua Freguesia em particular, existem duas ou três situações de
35 grande gravidade, com destaque para a Estrada dos Aliados, sendo que a Junta de
36 Freguesia estava constantemente a receber comunicações e queixas de diversas pessoas,
37 sobre o estado daquela estrada. Sabia-se que as condições de reparação dependiam das
38 variações climáticas, pelo que deveria ser utilizado alcatrão quente, para a estrada não
39 ficar no mesmo estado, passado uma semana, de forma a resolver, definitivamente,
40 aquelas situações graves.

41 Foi reportado que existe um muro, aparentemente em risco de queda, na Avenida
42 Almirante Gago Coutinho, junto à Ponte de Ferro, em frente a uma casa que aparenta
43 estar devoluta, assim, foi questionado se havia alguma medida previamente planeada para
44 aquela situação.

45 Há cerca de um ano, foi referida a perigosidade da Estrada da Chainha, que já registou
46 um atropelamento fatal, possuindo um histórico de acidentes, tendo corrido recentemente
47 um novo acidente grave naquele cruzamento. Considera-se importante que o Município
48 avalie a situação daquele cruzamento e da Estrada em questão, de modo a instalar
49 barreiras físicas, que promovam a redução da velocidade, dado que a ocorrência de
50 acidentes nesta área tem sido recorrente.

1 Foram registadas ocupações ilegais em prédios e lojas da Habévora, especialmente em
2 apartamentos, onde ocorreram situações de fogueiras e outros problemas e foi
3 considerada importante a realização de fiscalização e intervenção.
4

5 **O deputado David Lopes** abordou um dos principais problemas enfrentados na
6 Freguesia de São Bento do Mato, na Azaruja, referente à Estrada Nacional 254-1,
7 especificamente no troço que atravessa a localidade. A Junta de Freguesia, desde o início
8 do mandato, procurou sempre encontrar soluções e respostas para os problemas da
9 Freguesia, mas este em particular foi considerado um dos maiores desafios. É vivido
10 diariamente, não só pela falta de segurança para os automobilistas, como também para os
11 peões, porque a estrada não possui sequer passeios, apresentando apenas algumas valetas,
12 que eram, inclusive, pouco seguras. Um exemplo claro disso era o acesso à farmácia,
13 localizado neste troço, o que dificultava a passagem de pessoas com mobilidade reduzida
14 e da população mais idosa, que estavam expostas ao risco de queda ou atropelamento.
15 Em fevereiro de 2022, foi possível articular uma reunião entre a Infraestruturas de
16 Portugal e a Câmara Municipal de Évora e, de acordo com as informações disponíveis,
17 esta estrada permanecia sob a responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, apesar de
18 se tratar de uma estrada nacional desclassificada ou em vias de desclassificação. Na
19 referida reunião, ficou estabelecido que ambas as entidades procurariam alcançar um
20 acordo, com vista à resolução desta questão.

21 O problema em questão não estava relacionado com as intempéries, mas sim com uma
22 situação que se prolongava há cerca de 20 anos, desde a realização das obras de
23 saneamento, águas pluviais, esgotos e saneamento básico. Essas intervenções, com o
24 tempo, tornaram-se novamente necessárias, uma vez que toda a rede de abastecimento
25 apresentava sinais de degradação e, desde então, a estrada não tinha sido alvo de qualquer
26 intervenção, encontrando-se num estado de degradação significativo, conforme era
27 possível constatar no local.

28 No início do ano, a Infraestruturas de Portugal enviou uma comunicação indicando a
29 intenção de celebrar um acordo com o Município, prevendo a transferência do troço em
30 questão, através de um acordo de mutação dominial. Este acordo permitiria o arranque
31 das aguardadas obras de conservação ou requalificação da via, com previsão de início até
32 ao final do primeiro trimestre de 2025. No entanto, estando já no início de março e
33 aproximando-se o final do referido trimestre, nenhuma ação tinha sido tomada até à data.
34 Dessa forma, questionava se o acordo de mutação dominial já havia sido formalizado e,
35 em caso afirmativo, em que condições e prazos estavam previstas a realização das obras,
36 considerando que a população de Azaruja aguardava há duas décadas pela requalificação
37 deste troço de aproximadamente 2 km.
38

39 **O deputado Paulo Ribeiro** solicitou que detalhasse as informações anteriormente
40 mencionadas, relativamente ao plano de intervenção na rede rodoviária, a necessidade
41 crescente de um plano generalizado de intervenção em diversas áreas da cidade,
42 particularmente nos Bairros da Malagueira e da Torregela, bem como nas entradas de
43 Arraiolos e de Évora, questionando se havia alguma intervenção priorizada nesse sentido.
44 Receberam algumas informações relativamente à limpeza, nomeadamente no que respeita
45 às intervenções realizadas pela IP e, nesse sentido, questionou se existiu comunicação
46 prévia ao Município ou se houve possibilidade de articulação entre ambas as entidades,
47 de forma a que a IP realizasse a sua parte e o Município procedesse à intervenção que lhe
48 competia, perguntando se houve oportunidade para um diálogo institucional que
49 permitisse estabelecer uma colaboração harmoniosa, considerando que tal poderia ser
50 benéfico não só para a rede rodoviária, mas também para algumas linhas de água.
51

1 **O deputado Mário Monginho** indicou que o caso apresentado refere-se à Escola EB da
2 Horta das Figueiras, onde foi instalado um sistema de rega numa rampa, encontrando-se
3 completamente exposto. As plantas que, anteriormente, existiam no local estão mortas ou
4 desapareceram, a tela de proteção do solo apresenta vários rasgões e o estado de
5 degradação da Escola tem-se acentuado nos últimos meses, tendo a Professora Hilda
6 informado já ter reportado esta situação diversas vezes à Câmara Municipal de Évora, e
7 recebido a resposta de que os técnicos se deslocariam ao local, no entanto, até à data, não
8 foi realizada qualquer intervenção. Sublinha que, tratando-se de uma Escola Básica, onde
9 as crianças brincam regularmente, a exposição do sistema de rega pode representar um
10 risco, portanto, solicita-se uma intervenção urgente para a resolução do problema.

11 Aproveitou, igualmente, a intervenção do Presidente do Centro Histórico para referir que
12 o edifício da Malagueira ainda não tinha sido entregue, tratando-se de um assunto que já
13 havia sido abordado em particular, pelo que manifestou o interesse em saber da
14 possibilidade de o referido edifício ser entregue a este Executivo.

15
16 **A deputada Clara Grácio** colocou a questão relativamente ao ponto de situação da
17 transferência de competências, uma vez que na última reunião foi transmitida informação
18 de que existiria uma dívida significativa ao Município. Nesse sentido, solicitou que fosse
19 esclarecido qual era, à data, o ponto de situação desse processo.

20
21 **O deputado Redolfo Pereira**, antes de iniciar a sua intervenção, deixou uma saudação
22 especial ao colega Bruno Martins, assinalando o seu regresso, referindo que era sempre
23 muito bem-vindo e fazia falta ao debate político.

24 Foram colocadas duas questões, a primeira prendeu-se com a construção das novas
25 extensões de Saúde, matéria que havia sido discutida anteriormente na sessão da
26 Assembleia, realizada em setembro, altura em que foi referido que se encontrava em falta
27 a entrega de um documento, solicitando, assim, o ponto de situação atualizado
28 relativamente a esse processo.

29 A segunda questão reportou-se ao acesso pedonal na Estrada 370, que atravessa a aldeia
30 de São Sebastião da Giesteira, assinalada como uma intervenção prioritária pela União de
31 Freguesias desde o ano de 2022 e que já havia sido igualmente abordada na Assembleia
32 de setembro. Na altura, o senhor Presidente referiu que iria reunir-se com a Infraestruturas
33 de Portugal e que levaria esse assunto à referida reunião, por isso, solicitou informação
34 sobre eventuais desenvolvimentos desde então.

35
36 **O Presidente da Câmara**, em relação ao Bairro Comercial Digital, informou que estava
37 a decorrer o processo normal com as adjudicações.

38
39 A intervenção nas Arcadas está prevista, contudo, salienta que têm enfrentado
40 dificuldades em encontrar um empreiteiro disponível para realizar a obra.

41
42 Os edifícios, sede das Juntas de Freguesia, já foram entregues sempre que os respetivos
43 processos burocráticos se encontravam resolvidos. Existem, de facto, problemas em dois
44 ou três edifícios, nomeadamente na Malagueira e no Centro Histórico, que ainda não estão
45 totalmente ultrapassados. Assim que essas questões forem resolvidas, naturalmente, como
46 foi combinado, os edifícios serão entregues.

47
48 Relativamente à questão dos resíduos no Centro Histórico, considerou que a situação tem
49 vindo a melhorar, embora persistam, de facto, alguns problemas e têm reforçado
50 gradualmente a intervenção nesta zona.

1 Quanto ao pagamento referido, este decorreu da lei, ou seja, os vereadores eleitos
2 municipais e os técnicos, quando acusados no exercício das suas funções, têm direito a
3 apoio jurídico. Tal situação já ocorreu anteriormente e voltou a verificar-se, no âmbito de
4 uma questão relacionada com o cemitério, em que a ex-vereadora foi alvo de uma
5 acusação, no entanto, o tribunal entendeu que não havia fundamento para tal e arquivou
6 o processo. Foi, ainda assim, solicitada a assistência judiciária, à semelhança do que
7 acontece atualmente com outro processo que se encontra em curso.

8
9 As ocupações ilegais no Bairro da Comenda foram identificadas como um problema
10 grave que deveria ser analisado em conjunto por todos, uma vez que a eficácia da
11 intervenção era, por vezes, muito difícil e, nalguns casos, quase nula. Referiu, ainda, que,
12 recentemente, foi publicado um artigo sobre esta matéria, com referência a situações
13 semelhantes ocorridas em zonas de Lisboa e noutras partes do país, que demonstram a
14 complexidade de proceder a um despejo depois de uma ocupação já concretizada. Ainda
15 assim, afirma que têm vindo a atuar e já conseguiram proceder a alguns despejos, embora
16 não tenham conseguido em todos os casos, mas continuariam atentos e a agir dentro dos
17 limites legais.

18 Acrescentou que iriam ser verificadas algumas questões relacionadas com a Habévora, e
19 que a atuação continuaria sempre dentro dos limites permitidos pela lei.

20
21 Sobre a Estrada dos Aliados, foi adjudicada uma empreitada para a sua reparação com
22 recurso a alcatrão quente, tratando-se, portanto, de um dos casos anteriormente referidos.
23 No que respeita à Estrada da Chainha e à questão das barreiras físicas, a situação está a
24 ser objeto de estudo, uma vez que apresentava algumas complicações técnicas, sendo
25 necessário garantir que a solução adotada fosse eficaz.

26
27 Relativamente a São Bento do Mato e ao troço da estrada nacional que atravessa a
28 Azaruja, referiu não ter conhecimento de qualquer acordo com a Infraestruturas de
29 Portugal (IP) para a transferência desse mesmo troço para o Município, informando que
30 iria tentar apurar se existia alguma proposta nesse sentido.

31 Acrescentou existir um desacordo, em termos gerais, com as propostas apresentadas pela
32 IP, uma vez que os valores propostos foram considerados absolutamente irrisórios, face
33 às necessidades de manutenção das estradas. Assim, defendeu que a IP deveria intervir
34 nas vias antes da sua desclassificação, ou seja, antes da passagem da dominialidade para
35 a Câmara Municipal, acompanhada de uma verba anual que permitisse garantir a
36 manutenção das estradas, caso contrário, correr-se-ia o risco de acumular estradas sem os
37 recursos necessários para a sua manutenção adequada. Este não é um problema exclusivo
38 de Évora, mas um problema transversal, já identificado e abordado pela Associação
39 Nacional de Municípios.

40
41 Em relação ao muro em risco de queda, confessou que não conseguiu identificar qual era
42 e agradeceu, de facto, que o mesmo pudesse ser observado, para que pudessem intervir,
43 naturalmente, com celeridade.

44
45 Relativamente ao plano de intervenção da Rede Viária menciona ter contemplado ações
46 por administração direta e por empreitada. Foi definida uma empreitada específica para a
47 intervenção na rede urbana, tendo sido identificadas as zonas mais degradadas dessa área
48 para priorizar as intervenções, especialmente com recurso a micro aglomerados. Face às
49 intempéries, foi necessário proceder a uma seleção criteriosa, sendo dada prioridade às
50 zonas com maior intensidade de trânsito.

51

1 Afirma não ter este reporte da EB da Horta das Figueiras, mas presume estar relacionado
2 com o projeto “My Building is Green” promovido pela CIMAC, no qual a Câmara
3 participou, tendo enfrentado algumas complicações e não conhecendo exatamente os
4 detalhes da situação. Em todo o caso iria reportar e a Câmara assumia a responsabilidade
5 pelo referido projeto, apesar de este ser da iniciativa da CIMAC.

6
7 Foi efetuada uma atualização sobre a situação da Transferência de Competências, a qual
8 se manteve inalterada, verificando-se um aumento da dívida e do défice associados a esse
9 processo e, nesse âmbito, realizou-se uma reunião com o senhor Secretário de Estado do
10 Planeamento e Desenvolvimento Regional, que se comprometeu a analisar o assunto.
11 Informou, ainda, que estava agendada uma reunião com a DGAL, para dar seguimento à
12 procura de soluções para a situação e a reunião prevista com o senhor Secretário de Estado
13 da Administração Local foi desmarcada, tendo este informado que, face à crise política
14 então vivida, não dispunha de condições para a sua realização.

15
16 Sobre as extensões de Saúde, transmitiu que receberam no dia anterior os documentos do
17 PRR, que estavam em falta, pelo que presumem que sejam os documentos necessários
18 para a assinatura e consequente avanço do processo, sendo que já estava agendada uma
19 reunião para segunda-feira, com a ULS, dado que subsistiam algumas questões técnicas,
20 relacionadas com os AVAC, que necessitavam de ser analisadas. Embora as exigências
21 fossem consideradas excessivas para as extensões de saúde, tornava-se necessário
22 esclarecer os aspetos técnicos com a ULS, uma vez que seria essa unidade a pronunciar-
23 se sobre as questões de ordem técnica.

24
25 O **Presidente da Câmara** referiu que o problema do acesso pedonal já se arrastava há
26 algum tempo, porque a IP não quis assumir a responsabilidade pela intervenção. Explicou
27 que a autarquia estava disponível para colaborar, mas entendia que a IP deveria ter um
28 papel nesta questão, dado que se tratava de uma estrada nacional, embora desclassificada
29 como regional, mas ainda sob responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, portanto,
30 deveria haver uma preocupação da IP com as questões de segurança. Contudo, a
31 informação recebida foi que a IP não tinha qualquer previsão de intervenção naquela
32 estrada e que, caso a Câmara quisesse avançar, teria de o fazer sem a participação da IP
33 e que iriam avaliar os custos para analisar a situação.

34
35 O **deputado José Figueira**, relativamente à informação que foi enviada, manifestou
36 interesse em colocar algumas questões relacionadas com aspetos constantes da mesma.
37 No que respeita à área da Habitação, foi referido na informação um conjunto de
38 candidaturas apresentadas ao IHRU, nomeadamente no âmbito do PRR e do programa 1.º
39 Direito, totalizando 77 candidaturas que abrangem 482 agregados familiares. Foram,
40 ainda, mencionadas outras 245 candidaturas elegíveis para reabilitação habitacional, bem
41 como intervenções relativas ao Bairro do Escurinho, ao Bairro do Moinho e às
42 candidaturas desenvolvidas pela Habévora.

43 A sua questão centrou-se em saber qual era o estado de desenvolvimento das aprovações
44 e da concretização dos objetivos propostos no Plano Local de Habitação, no qual se
45 inserem estas candidaturas e estes projetos, ou seja, se, por parte da entidade competente
46 pela análise das candidaturas, existiam respostas e como estavam a decorrer os processos,
47 naquele momento.

48 Em relação às questões da Educação, não foi referido que a Câmara Municipal havia
49 aberto um procedimento concursal, publicado em aviso no Diário da República, no dia
50 28 de fevereiro, referente à candidatura do concurso da Escola Conde de Vilalva, no valor

1 de 3 milhões e 550 mil euros, pretendia saber a que obra, concretamente, se referia este
2 investimento no parque escolar.

3 Sobre as questões de ordem financeira, solicitou mais informações, nomeadamente no
4 que respeita à execução orçamental da receita, no mês de janeiro, onde, comparativamente
5 ao período homólogo, se verificou uma diminuição da receita superior a 1 milhão de
6 euros, destacando a quebra na receita do IMT e numa receita relacionada com a venda de
7 serviços, em particular nas áreas da água, do saneamento e dos resíduos sólidos urbanos.
8 Por último, foi manifestado interesse em saber, na opinião do senhor Presidente, de que
9 forma estava a evoluir, à data, o endividamento do Município, nomeadamente no que
10 respeita aos empréstimos de médio e longo prazo, bem como a questão do excesso da
11 dívida e da capacidade de endividamento do Município, tendo sido referido que apenas
12 se dispunha de informação relativa ao prazo médio de pagamentos com data de 30 de
13 setembro, pelo que questionou se existiria alguma informação mais atualizada.

14
15 **O deputado Francisco Brito** dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal,
16 referindo que, certamente por distração sua, não ouvira a resposta sobre o Bairro
17 Comercial Digital e que, se fosse possível repetir, agradecia.

18 Ainda relativamente à questão da contratação do gabinete de Advogados, procurou
19 esclarecer o que havia referido anteriormente, ou seja, que se trataram de 48 horas de
20 trabalho a uma taxa de 350 euros por hora, acrescidos de IVA, totalizando um valor na
21 ordem dos 20 mil euros e acrescentou que a Assembleia Municipal mereceria conhecer
22 com maior detalhe os fundamentos da acusação, referindo que, segundo o já mencionado,
23 estaria relacionada com uma situação ocorrida no cemitério, e sugeriu que se fosse mais
24 específico quanto a esse ponto. Mencionou que, de acordo com o relatório de atividades
25 do referido Gabinete de Advogados, os trabalhos tiveram início a 12 de janeiro de 2023,
26 enquanto o contrato apenas foi formalizado a 13 de janeiro de 2025 e, nesse sentido,
27 considerou existir um eventual incumprimento do Código da Contratação Pública,
28 manifestando não conseguir compreender, à luz desse Código, como poderia ser
29 justificado tal procedimento, ou seja, a celebração do contrato apenas no final. Assim,
30 solicitou um esclarecimento, admitindo que pudesse haver alguma fundamentação para o
31 ocorrido.

32 Questionou, ainda, se poderia ser distribuída aos membros da Assembleia a lista de tarefas
33 atribuídas aos seis programadores culturais, pelo menos os que se conseguiram contar,
34 que a Câmara tem, manifestando a intenção de se conhecer o que estas pessoas estiveram
35 a fazer, eventualmente no último ano, para não se cingir apenas ao que foi realizado em
36 2024.

37
38 **O deputado Luís Pardal** referiu que se tratava apenas de um pedido de esclarecimento,
39 indicando que o senhor Presidente afirmara que a obra da Estrada dos Aliados estava
40 adjudicada a uma empresa e questionou, então, quando é que a intervenção teria lugar,
41 uma vez que, há dois meses, ouvia que a obra estava adjudicada e que iria ser realizada.

42
43 **O deputado José Piteira** colocou, também, a questão das extensões de Saúde, porque o
44 senhor Presidente referiu que tinha recebido um novo documento nesse dia e questionou
45 se, no que diz respeito às especialidades e ao projeto que a Câmara estava a desenvolver,
46 este já estava concluído e pronto para ser colocado a concurso, e se acreditava realmente
47 que as obras das extensões poderiam ser realizadas até junho de 2026, como determina o
48 PRR, ou se já estavam a ser realizados esforços para cumprir esse prazo.

49 Questionou, ainda, sobre o PDM, tendo referido que soubera que este iria ser discutido
50 na reunião de Câmara, o que indicava que já estava fechado, no entanto, assinalou que a
51 Freguesia de Nossa Senhora de Machede ainda aguardava uma proposta por parte dos

1 serviços, desde a última reunião que ocorreu em setembro, na qual foi acordado que seria
2 apresentada uma nova proposta, relativa a algumas alterações, mas até ao momento não
3 tinham sido contactados.

4
5 **O deputado Luís Ramalho** colocou uma questão relativa à Estrada Nacional 254-1, que
6 se iniciava ao quilómetro zero em São Miguel de Machede, na Praça da República, que
7 já tinha tido conhecimento da possibilidade de esta via passar para o domínio municipal,
8 tema sobre o qual já haviam conversado anteriormente. Apesar de o senhor Presidente ter
9 afirmado não ter conhecimento de que esse processo estivesse a avançar, o deputado
10 manifestou o desejo de, caso tal transferência viesse a ocorrer, durante o período em que
11 ainda estivessem em funções, serem devidamente informados porque, por vezes, os
12 próprios eleitos locais conheciam melhor, do que os técnicos da Câmara, as fragilidades
13 da via em causa e, caso fosse possível, poderiam também estar envolvidos nesse processo,
14 uma vez que havia muitas questões que tinham de ser analisadas porque, como o senhor
15 Presidente sabia, ao passar para o Município, o ónus recaía sobre este, e não havia verba
16 suficiente para colocar aquela via em condições.

17 Outra questão relacionada com as acessibilidades prendeu-se com o reinício da obra de
18 ligação ao IP2 e à Estrada Nacional 256, de Reguengos de Monsaraz, sendo que esta
19 ligação que atravessa a Estrada Nacional 254, que se inicia em Vila Viçosa e segue até
20 Évora, não previa, à data, qualquer ligação na Estrada Nacional 254 ao IP2, porque
21 passaria por cima desse troço do IP2, sem permitir entradas ou saídas e, assim, todo o
22 trânsito proveniente de Vila Viçosa, do Alandroal, de São Miguel, do Redondo e de outras
23 localidades teria de entrar novamente em Évora para aceder ao IP2. Considerou que esta
24 seria uma questão relevante, que deveria ser analisada em conjunto com os restantes
25 Municípios e Juntas de Freguesia, a fim de se compreender melhor a situação, pelo que
26 perguntou se o senhor Presidente ou a Câmara Municipal dispunham de informações
27 adicionais sobre aquele assunto.

28
29 **O deputado Gonçalo Costa**, sobre a conclusão do processo de averiguações, relativo ao
30 desvio de verbas da tesouraria da Câmara Municipal, questionou se já poderiam ser
31 prestadas mais informações, uma vez que, anteriormente, existira o compromisso, por
32 parte do senhor Presidente, de transmitir esses dados logo que possível, nomeadamente,
33 se já tinha sido apurado o montante global daquele desvio.

34 Relativamente ao Centro Cultural de utilizações múltiplas, colocou a questão do ponto de
35 situação e solicitou que o senhor Presidente pudesse facultar o ponto de situação dessa
36 infraestrutura ou desse projeto.

37
38 **O Presidente da Câmara**, em relação à contratação pública, informa que foi realizada
39 de acordo com a lei, foi efetuada com base na indicação dos próprios, tendo a Câmara
40 contratado os advogados indicados por aqueles que tinham o direito de os escolher e
41 acrescentou que, nessa altura, não foram realizados pagamentos anteriores e que,
42 relativamente a esta matéria concreta, a contratação pública funciona dessa forma.

43
44 Afirmou que não tinham seis programadores culturais, considerando que poderia estar a
45 haver uma confusão entre programadores, produtores e outro tipo de pessoal da área da
46 cultura.

47
48 Sobre a Estrada dos Aliados, não soube indicar exatamente quando seria realizada a
49 intervenção, mas conforme referido, a obra estava adjudicada, estando a decorrer o acerto
50 com o empreiteiro que se encontrava a proceder ao aprisionamento das massas
51 necessárias para a intervenção.

1
2 Relativamente às extensões de saúde, os projetos encontravam-se concluídos, estando
3 assim reunidas as condições para o seu lançamento. No entanto, a antiga ARS levantou
4 uma questão relacionada com os AVACs, que aparentemente seriam obrigatórios para as
5 extensões de saúde. Esta situação foi, entretanto, resolvida, mas a reunião agendada para
6 a segunda-feira seguinte, com a ULS, tinha como objetivo procurar ultrapassar essa
7 questão e esclarecer o que era pretendido relativamente a essa matéria.
8 Quanto à alteração do PDM, foi referido que o processo ainda não se encontrava
9 concluído e que se esperava poder apresentar a proposta na próxima reunião de Câmara,
10 indicado que, durante a semana seguinte, estaria disponível a proposta final, com outras
11 questões que, entretanto, foram levantadas.
12 Acrescentou que, tanto quanto era do seu conhecimento, não estava prevista qualquer
13 passagem da Estrada 254 para o domínio municipal e salientou que a transferência de
14 estradas nacionais para os Municípios implicava um problema relevante: essas vias eram
15 transferidas sem que fossem asseguradas verbas para a sua manutenção, o que resultava
16 numa sobrecarga para os Municípios, sobre os quais recaía depois a responsabilidade pela
17 sua conservação, sem que existissem recursos adequados para o efeito, aliás, era uma
18 questão que se encontrava há muito em cima da mesa.
19
20 Sobre a desclassificação de estradas, afirmou desconhecer a questão da Estrada Nacional
21 254 e confirmou que o projeto não contemplou um conjunto de questões relativamente ao
22 IP2, mas, quanto à EN 254, não possuía essa informação.
23
24 Quanto ao desvio de verbas da tesouraria, referiu que já tinha prestado informação
25 anteriormente, tendo o caso sido entregue ao Ministério Público, aguardando-se, assim, o
26 desenvolvimento dos respetivos procedimentos por parte daquela entidade.
27
28 A proposta para o Pavilhão Multiusos foi já apresentada à Câmara Municipal, estando
29 também prevista a sua apresentação à Assembleia Municipal e, a partir dessa proposta,
30 ficou estabelecido que o lançamento do projeto será possível assim que houver
31 financiamento disponível, o que, até ao momento, ainda não ocorreu.
32
33 O problema do tempo para a execução do PRR foi amplamente reconhecido, e expressou
34 grandes dúvidas sobre a viabilidade de concretização de muitos dos projetos previstos em
35 todo o país, sendo que na Europa, havia a previsão de que 90 mil milhões de euros do
36 PRR não seriam executados, voltando assim à Comissão Europeia.
37
38 Relativamente ao PLH, a informação fornecida na última reunião da Assembleia
39 Municipal mantém-se inalterada. Foi recordado, de forma breve, que a senhora Secretária
40 de Estado indicou que as 297 famílias mencionadas, virão a receber financiamento,
41 embora ainda não tenha sido definido como, a partir da Resolução do Conselho de
42 Ministros n.º 124/2024, de 20 de setembro, mas a situação permanece indefinida, e,
43 portanto, as restantes questões mantêm-se na mesma.
44
45 Foi lançado o concurso para a requalificação da Escola Conde Vilalva, com especial foco
46 nas coberturas e vãos, num valor aproximado de 3 milhões e 500 mil euros e espera-se
47 que o projeto avance, tendo sido identificado como uma das prioridades a desenvolver.
48
49 É verdade que houve uma redução da dívida e que as questões relacionadas com o IMT
50 são sempre imprevisíveis, mas, de facto, registou-se uma quebra em 2024, e essa
51 tendência manteve-se no início deste ano.

1
2 Relativamente à capacidade de endividamento municipal, esta manteve-se semelhante,
3 não tendo ocorrido alterações substanciais.

4
5 **O deputado José Piteira** manifestou-se surpreendido com a situação, considerando que
6 o senhor Presidente não esclareceu porque não tinha conhecimento da questão da ligação
7 da EN254 ao IP2. O projeto previa a criação de duas rotundas descentralizadas para
8 entrada e saída e caso essa situação não estivesse prevista, considera tratar-se de uma
9 situação grave e que exigiria a tomada de medidas adequadas.

10 Sublinhou que não fazia sentido a inexistência de uma ligação ao IP2, especialmente
11 tendo em conta os longos anos de espera pela concretização da obra e que, para além do
12 tempo de espera, havia agora cortes na execução do projeto, o qual fora previamente
13 discutido na Junta de Freguesia ao longo de vários momentos e sentiu-se, por isso, de
14 alguma forma enganado.

15 Acrescentou que esta situação também fora uma surpresa para si, comprometendo-se a
16 verificar o assunto, porque tal cenário não fazia sentido e, apesar de ter conhecimento de
17 que ocorreram alterações às propostas apresentadas pela Câmara, defendeu que a ligação
18 da EN254 ao IP2 era algo que lhe parecia evidente.

19
20 **O deputado Mário Monginho** referiu que o tema já tinha sido várias vezes questionado
21 e debatido, no entanto perguntou em que ponto se encontrava a situação da reparação das
22 condutas na Malagueira.

23
24 **A deputada Paula Pita** expressou o desejo de que, mais tarde, quando os relatórios
25 estivessem concluídos, nomeadamente o relatório sobre a integração dos migrantes,
26 contendo o retrato dos migrantes em termos de número, país e setores de atividade, esses
27 documentos pudessem ser disponibilizados, manifestando, igualmente, interesse em ter
28 acesso ao relatório sobre a pobreza infantil, assim que estivesse finalizado.

29
30 **O Presidente da Câmara** referiu que, relativamente à última questão, os relatórios serão
31 naturalmente produzidos.

32
33 No que diz respeito à situação das condutas da Malagueira, indicou que foi marcada uma
34 reunião com o objetivo de ultrapassar o impasse existente entre o projetista e os serviços
35 municipais, de forma a permitir a conclusão do projeto e a respetiva intervenção.
36 Informou, ainda, que foram realizadas algumas intervenções pontuais, embora
37 reconhecendo que estas se revelaram claramente insuficientes, face à situação.

38
39 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 4.

40 41 4. Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Évora.

42
43 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

44
45 **O Presidente da Câmara** esclarece que quem acompanhou foi este assunto foi o senhor
46 Vice-Presidente Alexandre Varela, a quem deu a palavra para proceder à respetiva
47 apresentação.

48
49 **O Vice-Presidente Alexandre Varela** referiu que este Regimento decorreu, no essencial,
50 da Lei e da Constituição do Conselho Municipal de Saúde, que teve lugar no início de
51 2024. Nesse sentido, verificou-se a necessidade de elaborar um Regimento, sendo esse o

1 documento apresentado, relativamente simples, que reuniu a composição, as funções e as
2 competências do Conselho Municipal de Saúde, bem como a forma como se
3 desenvolveriam e desenrolariam as sessões, quem as convocaria e de que forma,
4 considerando-se um documento absolutamente normal, mas também necessário para o
5 funcionamento regular do Conselho Municipal de Saúde.

6
7 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
8 submeteu o presente Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Évora a votação.

9
10 **Deliberação do Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Évora:**
11 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 31 presenças.

12
13 **O Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que o ponto 5 tinha sido retirado e
14 informou que passavam ao ponto 6.

15
16 6. Desagregação de Freguesias apresentada pela União das Freguesias de São
17 Manços e São Vicente do Pigeiro.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

20
21 **O Presidente da Câmara** informou que, obviamente, a Câmara Municipal reiterou o
22 parecer favorável que já havia emitido anteriormente sobre esta matéria.

23
24 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
25 submeteu a presente Desagregação de Freguesias apresentada pela União das Freguesias
26 de São Manços e São Vicente do Pigeiro a votação.

27
28 **Deliberação da Desagregação de Freguesias apresentada pela União das Freguesias**
29 **de São Manços e São Vicente do Pigeiro:**

30 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 31 presenças.

31
32 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 7

33
34 7. Relatório sobre a Situação Económica e Financeira do Município | 1º
35 semestre de 2024.

36
37 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

38
39 **O Presidente da Câmara** informou que o relatório estava distribuído, referindo apenas
40 que a situação económica do Município era equilibrada, apesar de ter sofrido um
41 agravamento proveniente de 2023, conforme já havia sido abordado. Esse agravamento
42 teve continuidade em 2024, causando problemas ao nível financeiro. Indicou, no entanto,
43 que os principais indicadores estruturais apresentavam uma evolução positiva, apesar de,
44 em 2024, ter ocorrido uma travagem nesse ritmo de evolução e assinalou que a principal
45 preocupação residia, neste momento, na questão da tesouraria.

46
47 Salientou uma questão que considerou importante, referindo que o Município continuava
48 a enfrentar um problema estrutural, ao nível do equilíbrio financeiro, relacionado com o
49 sistema multimunicipal de água e saneamento, bem como com o tratamento de resíduos
50 sólidos. Indicou que a situação era conhecida, uma vez que as verbas arrecadadas através
51 da receita eram substancialmente inferiores aos montantes pagos, especificando que a

1 taxa de cobertura na área da água e do saneamento se situava na ordem dos 60%, enquanto
2 na área dos resíduos sólidos se encontrava nos 45%, situação que se vinha a agravar, em
3 particular, devido à ausência de atualização tarifária, que, como era sabido, havia sido
4 proposta, mas não teve seguimento. Houve, também, um ano em que, por razões diversas,
5 nem sequer se procedeu à atualização das tarifas e no que respeita aos resíduos sólidos,
6 apontou um agravamento muito significativo da taxa de gestão de resíduos, superior a
7 135% e próximo dos 150%, o que implicou um aumento expressivo dos encargos.
8 Recordou já ter referido, na última reunião de Câmara, a necessidade de se promover uma
9 discussão entre as diferentes forças políticas sobre esta matéria, alertando que, caso não
10 fosse encontrada uma solução, esta questão tenderia a desequilibrar novamente a situação
11 económica do Município que apresentava, como era reconhecido, das tarifas mais baixas
12 no que respeita à água, ao saneamento e aos resíduos sólidos, considerando, por isso,
13 fundamental encarar esta questão com seriedade e alcançar um acordo que permitisse, nos
14 próximos mandatos, retomar o caminho do aumento da taxa de cobertura nestas áreas.
15

16 Outra situação já abordada anteriormente tem a ver com a questão da transferência de
17 competências, com especial preocupação relativamente à área da Educação, que foi já
18 discutida com o Governo, estando-se atualmente a aguardar uma resolução. Trata-se de
19 um problema que não afeta apenas Évora, mas sim todo o país, sendo que os municípios
20 enfrentam um défice de muitos milhões de euros, por isso torna-se necessário encontrar
21 uma solução, uma vez que o acordo estabelecido com a Associação Nacional de
22 Municípios previa que os custos seriam integralmente cobertos pelas transferências do
23 Orçamento de Estado, o que não se tem verificado de forma suficiente.
24

25 **O deputado Redolfo**, relativamente ao relatório em apreço, referiu que pretendia apenas
26 deixar duas ou três notas. Indicou que, salvo erro, e pedindo ao senhor Presidente da
27 Câmara que o corrigisse caso estivesse equivocado, este seria o primeiro relatório
28 entregue pela nova empresa responsável pela auditoria das contas do Município.
29 Acrescentou, ainda, um repto para que, em relatórios futuros, fossem corrigidas ou
30 complementadas duas ou três situações, nomeadamente ao nível da análise orçamental.
31 Considerou que o relatório, nesse aspeto, era muito simplista e, a título de exemplo, não
32 conseguiu identificar no mesmo o mapa da demonstração dos fluxos de caixa, uma vez
33 que este não se encontrava mencionado.

34 Também não foi apresentada a desagregação das contas, por exemplo, nos custos com
35 pessoal, não foi possível identificar o que correspondia a cada sub-rúbrica, não havendo
36 divisão entre ordenados, salários e encargos, nos fornecimentos e serviços externos; foi
37 indicado apenas o valor global, sem discriminação por energia, combustíveis ou despesas
38 de reparação, o que impossibilitou a realização de uma análise mais aprofundada.

39 Ao nível da receita, foi igualmente apresentado apenas o valor global dos impostos, sem
40 desagregação por IMI, IMT ou derrama, não sendo possível conhecer os valores
41 individualizados e relativamente aos pagamentos em atraso a 30 de junho, o relatório não
42 continha qualquer informação, verificando-se o mesmo em relação ao prazo médio de
43 pagamentos, tratando-se de dois indicadores extremamente relevantes, seria essencial
44 dispor dessa informação para permitir outro tipo de análise.

45 Relativamente ao conteúdo do relatório, já havia referido anteriormente que se verificava
46 uma degradação das contas em comparação com o ano de 2023, apesar de alguns
47 indicadores se manterem dentro da normalidade, foram identificadas três situações que
48 suscitaram preocupação. Uma dessas situações, presente desde o início do mandato em
49 2022, prendeu-se com a execução da receita, que voltou a ficar abaixo dos 85%, conforme
50 previsto e transcrito no documento e, além disso, manteve-se um nível de investimento
51 muito reduzido, portanto, a 30 de junho encontrava-se executado apenas cerca de 9% do

1 valor orçamentado, o que foi considerado manifestamente insuficiente e que já havia sido
2 abordada, inclusive, uma das componentes relevantes do investimento, a rede viária,
3 sendo sublinhada a necessidade premente de reforçar o investimento nessa área.

4 Outra questão que também gerou alguma preocupação foi o facto de, em junho de 2023,
5 o Município apresentar um passivo de 71 milhões de euros, valor que este ano já tinha
6 aumentado para cerca de 81 milhões de euros. Foram deixadas estas três preocupações,
7 sendo que a questão do investimento e da baixa execução da receita era já recorrente,
8 verificando-se de ano para ano.

9
10 **O Presidente da Câmara** afirmou que, naturalmente, os relatórios do ROC eram
11 independentes e competia-lhes a sua elaboração e que entendia que o ROC partia do
12 princípio de que poderiam ser disponibilizadas as execuções orçamentais, onde se
13 encontrava, obviamente, discriminada a informação mencionada. Acrescentou que esses
14 dados eram conhecidos, existiam e eram produzidos mensalmente, estando disponíveis
15 quer os valores mensais, quer os valores acumulados, até ao respetivo mês. Concluiu que
16 entendia esses documentos como elementos que podiam e deviam ser lidos de forma
17 complementar.

18
19 Relativamente aos pagamentos em atraso, foi utilizado para o respetivo cálculo o valor
20 fornecido pela DGAL, por se basear num indicador oficial. Assim, entendeu-se não
21 proceder ao cálculo autónomo do prazo médio de pagamento, optando-se por recorrer ao
22 valor divulgado pela DGAL, que era atualizado periodicamente. Como se podia verificar
23 nas folhas disponibilizadas pela DGAL, essa informação nem sempre se encontrava
24 disponível com a atualidade desejada.

25
26 Sobre os pagamentos em atraso referiu que não reparara, de facto, se havia a sua indicação
27 e considerou que esse era um dado que deveria constar.

28
29 Quanto à questão da execução da receita, referiu que já tinha tido oportunidade de abordar
30 o assunto anteriormente e considerou que existe um erro na contabilidade pública que
31 deve ser corrigido, nomeadamente o facto dos orçamentos das Câmaras serem elaborados
32 com base em receitas que não estão garantidas, em vez de se basearem em receitas
33 previstas reais.

34 Salientou que, como é do conhecimento geral, os orçamentos camarários têm de incluir
35 como receita, por exemplo, todas as candidaturas apresentadas a Fundos da União
36 Europeia, e que, nas últimas candidaturas, neste caso, não da União Europeia, relativas a
37 obras como as do novo Hospital, só os valores dessas intervenções, ao entrarem no
38 orçamento, aumentam de forma significativa o montante orçamental.

39 Na sua opinião, a opção contabilística deveria passar por registar a receita apenas quando
40 estivesse efetivamente garantida, ou seja, após a aprovação da candidatura, momento em
41 que se realizaria a respetiva operação contabilística, o que permitiria resolver o problema
42 e evitar a inflação dos orçamentos, que considerou ser o que atualmente acontece.

43
44 Quanto ao valor de investimento, é verdade que se verificou uma redução, até porque o
45 PT2030 ainda não tinha entrado em pleno funcionamento, tendo começado a fazê-lo
46 apenas recentemente. Importa, contudo, salientar que se tratava de valores orçamentais,
47 ou seja, de pagamentos efetuados, e não propriamente da obra realizada, em suma, não se
48 tratava da realização física, mas sim da realização financeira do investimento.

49
50 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
51 informou que passavam ao ponto 8.

1
2 **8. Relatório Trimestral de Gestão e de Execução Orçamental | 3º semestre de**
3 **2024 da Habévora.**

4
5 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

6
7 **O Presidente da Câmara** considerou que o relatório falava por si e referiu não ter muitas
8 questões a acrescentar, exceto salientar que a Habévora teve uma componente importante
9 na execução do Plano Local de Habitação (PLH). Destacou que uma parte significativa
10 dos 10 milhões de euros, aprovados no âmbito do PLH, foi realizada, estava em curso ou
11 seria concretizada pela Habévora e sublinhou que se tratava, sobretudo, de intervenções
12 de reabilitação habitacional, já concluídas no Bairro das Corunheiras, em execução nas
13 12 casas da Malagueira, e com intervenção preparada para as habitações no Bairro
14 General Humberto Delgado e noutra zona próxima.

15 Referiu, ainda, que se estava a proceder a uma alteração no sentido de permitir que as
16 listas obrigatórias para atribuição de habitação distinguissem entre habitação social e
17 rendas apoiadas, por se entender que deveriam ter tratamento diferenciado, distinção que,
18 segundo afirmou, já se encontrava salvaguardada no trabalho desenvolvido pela
19 Habévora e que deveria ser refletida nas listagens, de forma a garantir transparência na
20 matéria.

21
22 **A deputada Paula Pita** interveio para solicitar a correção, no relatório, da palavra
23 "monotorização", referindo que tal termo não existe e pediu que a mesma fosse corrigida
24 para "monitorização".

25
26 **O Presidente da Câmara** referiu que, naturalmente, indicaria à Habévora para corrigir
27 esse erro.

28
29 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver mais pedidos de
30 intervenção informou que passavam ao ponto 9.

31
32 **9. 17º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro | dezembro**
33 **de 2024.**

34
35 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

36
37 **O Presidente da Câmara** referiu que, neste caso, a intervenção repetia em parte o que já
38 havia sido mencionado relativamente aos relatórios anteriores. Indicou que o Município
39 tinha vindo a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro, apesar do desfasamento
40 verificado logo no início. Relativamente à situação das receitas, em particular no que se
41 refere à recuperação da dívida, salientou que esta se revelou mais lenta no último ano e
42 meio do que o inicialmente previsto, facto que resultou também de questões anteriormente
43 expostas. Sublinhou, no entanto, que o essencial era o cumprimento dos pagamentos
44 previstos no Plano de Saneamento Financeiro, bem como das questões fundamentais que
45 dele decorrem.

46
47 **O deputado Redolfo Pereira**, relativamente ao documento apresentado referiu que, e
48 recuando à génese do mesmo, aquando da assinatura do Plano de Saneamento Financeiro,
49 estavam previstas quatro medidas centrais com vista à reposição do equilíbrio financeiro
50 do Município, a saber: "um nível de endividamento inferior a 150% da média da receita
51 corrente dos três anos anteriores, a alcançar no final de 2018; um nível de endividamento

1 inferior a 100% da média da receita corrente dos três anos anteriores, a alcançar no final
2 de 2022; eliminação dos pagamentos em atraso até ao final de 2017; e um serviço da
3 dívida inferior a 12,5% da receita efetiva, a alcançar no final de 2020”.

4 Constatou que, conforme mencionado no relatório, a primeira meta não foi atingida em
5 2018, embora os 150% tenham sido alcançados em 2023. Relativamente à segunda
6 medida, o nível de endividamento inferior a 100%, previsto para o final de 2022, também
7 não foi alcançado. Quanto à eliminação dos pagamentos em atraso até ao final de 2017,
8 também, não foi cumprida, sendo que, conforme referido pelo Presidente no ponto 7,
9 existiam pagamentos em atraso a 30 de junho de 2024. Apenas a quarta medida, referente
10 ao serviço da dívida inferior a 12,5% da receita efetiva, foi, efetivamente, cumprida. Das
11 quatro medidas centrais previstas para a reposição do equilíbrio financeiro do Município,
12 três não foram cumpridas no prazo estipulado e, pelo menos, duas ainda não tinham sido
13 concretizadas.

14 Noutra passagem do documento, foi referido por diversas vezes, e de forma positiva, o
15 impacto da Transferência de Competências no âmbito deste Plano de Saneamento
16 Financeiro e solicitou ao senhor Presidente da Câmara que quantificasse esse impacto,
17 porque foi referido que existia, mas o mesmo não se encontrava quantificado e caso
18 tivesse esse valor consigo, ou pudesse fazê-lo chegar-lhes posteriormente, agradecer-lhe-
19 ia.

20
21 **O deputado Paulo Ribeiro** começou por reiterar algumas das preocupações já tornadas
22 públicas pelo Movimento Cuidar de Évora, relativamente à evolução das contas, ao longo
23 do mandato em curso, salientando que se estava na antecâmara da concretização dos
24 grandes desígnios da cidade e questionou se, até ao final do mandato, ponderava solicitar
25 algum empréstimo de médio ou longo prazo.

26
27 **O Presidente da Câmara** referiu, em primeiro lugar, que houve um desfasamento na
28 aplicação do PSF, uma vez que os valores apresentavam um desfasamento de cerca de
29 um ano, dado que a sua aplicação teve início um ano mais tarde do que o previsto.
30 Indicou que o nível de endividamento inferior a 150% foi atingido, enquanto o de 100%
31 não foi alcançado, embora sem valores que merecessem preocupação.

32
33 Informou que os pagamentos em atraso foram eliminados até ao final de 2023, não se
34 registando nessa data quaisquer montantes em dívida, tendo regressado em 2024, e sido
35 explicadas as razões que levaram a essa situação.

36
37 Considerou que, em termos globais, e tendo em conta o referido desfasamento, foram
38 alcançadas as questões fundamentais, nomeadamente no que diz respeito ao equilíbrio
39 económico e financeiro, o qual tem vindo a registar uma evolução positiva ao longo do
40 último ano e meio, conforme também já havia exposto.

41 Referiu, ainda, que as transferências de competências tiveram um impacto na ordem dos
42 7 milhões de euros, sendo que, no final de 2024, o défice associado a essas transferências
43 se situava em 1 milhão e 700 mil euros.

44
45 Relativamente aos empréstimos de longo prazo, a não ser que existisse uma situação em
46 que houvesse um consenso generalizado entre as forças políticas, como, por exemplo,
47 uma perspetiva de financiamento do Pavilhão Multiusos, considerada uma situação
48 absolutamente excepcional, poderia admitir-se a sua discussão. No entanto, no último ano
49 do mandato, era evidente que não deveria ser celebrado um empréstimo dessa natureza.
50 Assim, considerou-se que tal matéria deveria ser analisada no mandato seguinte, quando
51 e conforme fosse entendido.

1
2 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver mais pedidos de
3 intervenção informou que passavam ao ponto 10.

4
5 **10. Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso | Envio de**
6 **Declarações.**

7
8 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

9
10 **O Presidente da Câmara** reiterou que não existiam pagamentos em atraso até final de
11 2023, tendo sido possível eliminar essa situação. No entanto, devido à conjuntura
12 económica e à situação financeira específica verificada, voltou a registar-se a existência
13 de pagamentos em atraso no final de 2024. Sublinhou, ainda, que estavam a ser tomadas
14 medidas com vista à retificação dessa situação.

15
16 **O Deputado Redolfo Pereira** referiu que, de acordo com a informação de que dispunha,
17 em 2023, existiam cerca de 6 milhões de euros em pagamentos em atraso, embora tenha
18 assinalado que confirmaria esse dado. A sua intervenção surgiu na sequência do que já
19 havia sido abordado pelo senhor Presidente, relativamente à questão da água, do
20 saneamento e das tarifas.

21 Sublinhou a importância da receita do Município, manifestando concordância com o
22 senhor Presidente quanto à necessidade de alterações ao nível da contabilidade pública.
23 Realizou, no entanto, um balanço da situação dos recebimentos em atraso durante o
24 mandato, referindo que, com base nos dados de que dispunha, em 2022 o valor ascendia
25 a cerca de 4,8 milhões de euros, em 2023 a 5,6 milhões de euros e em 2024 a 6 milhões
26 de euros, evidenciando-se assim uma tendência crescente.

27 Considerou que, sendo do conhecimento geral a sobrecarga sentida pelas populações ao
28 nível dos impostos e tarifas, seria preferível, antes de ponderar qualquer aumento nas
29 tarifas da água, saneamento e resíduos sólidos, envidar esforços no sentido de recuperar
30 parte dos valores em dívida. Destacou ainda que, segundo o documento em análise, uma
31 parte significativa do montante em atraso — entre 2 a 3 milhões de euros — correspondia
32 a dívidas relativas a faturas de água, englobando igualmente os serviços de saneamento e
33 resíduos sólidos. Concluiu deixando esta nota e balanço do mandato, no que respeita aos
34 recebimentos em atraso, apelando a uma maior diligência na recuperação destes
35 montantes.

36
37 **O Presidente da Câmara** referiu que a questão dos recebimentos em atraso era, de facto,
38 uma preocupação relevante, com um histórico que importava conhecer. A maior parte
39 desses recebimentos em atraso dizia respeito aos serviços de águas e saneamento. Em
40 2003, existiam cerca de 6 milhões de euros em dívida, referente a água, saneamento e
41 resíduos sólidos.

42 Foram tomadas algumas medidas para fazer face a esta situação, sendo uma das mais
43 eficazes o início dos cortes no fornecimento. Segundo afirmou, sem cortes no
44 fornecimento não era possível recuperar este tipo de dívida. Essa estratégia foi
45 acompanhada por contactos permanentes com os utentes devedores, com vista à
46 celebração de acordos de pagamento. Entre 2014 e 2017/2018, com a implementação
47 desses acordos, foi possível recuperar cerca de 2 milhões de euros, o que foi considerado
48 muito positivo.

49 Contudo, com o surgimento da pandemia, os cortes deixaram de ser permitidos, o que
50 levou a um aumento significativo da dívida relativa à água. Esta situação continuava a ter
51 repercussões. Informou que a autarquia já retomara a estratégia de contactar os principais

1 devedores, propor acordos de pagamento e reiniciar os cortes no fornecimento,
2 considerando estas medidas fundamentais. Nos últimos sete a oito meses, tinham sido
3 elaborados já algumas centenas de acordos de pagamento, sendo essencial a continuidade
4 desta abordagem, com especial foco no contacto com os consumidores e no
5 acompanhamento dos principais devedores.

6 Sublinhou, no entanto, que esta atuação não resolveria por si só o problema do défice
7 estrutural existente nesta área, o qual exigia discussão. Indicou que sempre defendera, ao
8 contrário da posição da ERSAR e de outras entidades, que os custos não deveriam ser
9 integralmente suportados pelos consumidores. A seu ver, a Câmara deveria suportar uma
10 parte do défice, especialmente no que respeita às famílias mais carenciadas e com maiores
11 necessidades.

12 Concluiu referindo que, embora existissem outras situações a considerar, esta era, de
13 facto, a mais preocupante, no que dizia respeito aos recebimentos em atraso.

14
15 **O deputado José Figueira** pediu desculpa ao senhor Presidente e aos membros da
16 Assembleia Municipal, reconhecendo que a questão era extemporânea e que deveria ter
17 sido colocada no início da sessão. Referiu que foi recebido um relatório da CPCJ relativo
18 ao ano de 2024, considerando que seria injusto não o registar. Agradeceu o referido
19 relatório e assinalou o facto de a CPCJ completar, neste ano, 24 anos de existência,
20 reconhecendo o seu trabalho. Solicitou, ainda, que o relatório fosse lido, destacando que
21 se verificou um agravamento de 33,5% no número de processos da CPCJ, em comparação
22 com o ano anterior. Sublinhou que esse agravamento deveria ser motivo de preocupação,
23 referindo que, no período de 2018 a 2024, se registou o maior número de processos
24 abertos pela CPCJ no âmbito da proteção de crianças.

25
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que estava prevista a inclusão desse
27 ponto numa próxima sessão extraordinária.

28
29 **O deputado José Piteira** referiu, apenas para completar o que anteriormente o deixou
30 incomodado relativamente ao IP2, que consultou o projeto e verificou que estavam
31 implementados três nós: o nó do Vale de Figueiras, o nó da Fonte Boa do Degebe, com a
32 254, e o nó da rotunda de ligação à AM18, portanto, nada foi alterado.

33
34 **O Presidente da Câmara** agradeceu ao senhor Presidente da Junta por lhe ter poupado
35 trabalho.

36
37 Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início
38 ao segundo período de intervenção do público, questionando se havia algum pedido.
39 Verificando não haver pedidos por parte do público, o **Presidente da Assembleia**
40 **Municipal** deu por terminada a Ordem de Trabalhos.

41 42 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

43
44 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta iria ser lida pela
45 2ª Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.

46
47 *“Aos 28 dias do mês de fevereiro de 2025 reuniu em sessão ordinária a Assembleia*
48 *Municipal de Évora, pelas 20 horas no Palácio D. Manuel tendo deliberado o seguinte:*
49 *a interrupção da reunião e a sua continuação no dia 7 de março de 2025 pelas 20 horas*
50 *no Palácio D. Manuel; foi aprovada por unanimidade a proposta de Calendarização das*
51 *Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de Évora até setembro de 2025; foi*

1 *aprovado por unanimidade o Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Évora; foi*
2 *aprovada por unanimidade a proposta de Desagregação de Freguesias apresentada pela*
3 *União de Freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro.”*
4

5 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou em votação a Ata em minuta.

6
7 A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas
8 as deliberações tomadas da presente Ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei
9 nº 75/2013, de 12 de setembro.

10
11 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por
12 terminada a sessão, pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos, da qual para constar se
13 elaborou a presente Ata que os membros da mesa subscrevem e assinam.

14
15
16 **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA**

17
18
19 _____
20 *Jorge Quina Ribeiro de Araújo*

21
22
23
24
25
26 **O 1º SECRETÁRIO**

27
28
29 _____
Ananias Quintano

A 2ª SECRETÁRIA

_____ *Maria da Nazaré Lança*